

PLANO ESTRATÉGICO
E OPERACIONAL NA
**ÁREA DE INFLUÊNCIA
DO APROVEITAMENTO
HIDROAGRÍCOLA DO MIRA**

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS
DA CONSULTA PÚBLICA



**PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA**

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA
MARÇO DE 2025

ELABORADO POR
ECOSATIVA – CONSULTORIA AMBIENTAL, LDA.

PROMOTOR
CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

PARCEIRO ESTRATÉGICO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR

FINANCIAMENTO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2020
OPERAÇÃO 20.4 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA RRN
ÁREA 4 – OBSERVAÇÃO DA AGRICULTURA E DOS TERRITÓRIOS RURAIS

ÍNDICE

RELATÓRIO

1/	ENQUADRAMENTO.....	1
2/	PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA.....	3
3/	RESULTADOS E PONDERAÇÃO	5
4/	NOTAS FINAIS	27

ANEXOS

1/	Comprovativos de publicitação
2/	Formulário de participação pública
3/	Apresentação

1/ ENQUADRAMENTO

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

A atividade desenvolvida no AHM tem suscitado questões importantes para a sustentabilidade na sua área de influência (AIAHM), em especial, no que respeita: à capacidade de acolhimento dos trabalhadores rurais; às respostas sociais adequadas para a melhoria das condições de vida da população residente; à melhoria do aproveitamento económico das atividades existentes; à redução dos impactos das atividades humanas no ambiente, e à preservação da biodiversidade. Os municípios de Odemira e de Aljezur consideram essencial munirem-se de instrumentos e de conhecimentos que lhes permitam planejar e atuar de forma concertada e assertiva, com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável da AIAHM, contribuindo para a produção e partilha de informação entre os agentes de desenvolvimento local. Desta forma, o planeamento deste território é contextualizado no âmbito de um plano estratégico e operacional que incide sobre a área de influência desta infraestrutura: o plano estratégico e operacional na área de influência do aproveitamento hidroagrícola do Mira (PEOAIAHM).

O município de Odemira, promotor da presente candidatura, e o município de Aljezur, parceiro estratégico, são autarquias locais, definidas como pessoas coletivas territoriais, dotadas de órgãos representativos (a câmara e a assembleia municipais), que visam a prossecução de interesses próprios das populações. Este projeto resulta de uma candidatura, na forma de parceria, entre os municípios de Odemira e de Aljezur ao programa de desenvolvimento rural 2020, operação 20.4 - assistência técnica RRN, área 4 - observação da agricultura e dos territórios rurais.

O presente documento constitui o relatório de ponderação dos resultados da consulta pública do plano estratégico e operacional na área de influência do aproveitamento hidroagrícola do Mira (PEOAIAHM). Neste relatório são descritos os contributos obtidos, a ponderação sobre estes realizada e a forma como estes foram considerados no relatório final do PEOAIAHM.

2/ PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

O procedimento de consulta pública teve a duração de 15 dias e decorreu entre 28 de fevereiro e 14 de março de 2025. Durante esse período, o plano estratégico e operacional na área de influência do aproveitamento hidroagrícola do Mira (PEOIAHM) esteve disponível para consulta no *site* do município e no balcão único da câmara municipal, durante as horas normais de expediente.

A consulta esteve aberta a todos os cidadãos. As sugestões foram formuladas por escrito e dirigidas à Câmara Municipal de Odemira até às 16h00 do último dia do prazo acima referido, por correio eletrónico ou por carta registada, dirigida ao presidente da câmara municipal.

Foi ainda promovida uma sessão de apresentação pública, na qual foi apresentada a proposta do PEOIAHM. Esta sessão ocorreu no dia 24 de fevereiro de 2025, pelas 20h30, na associação cultural recreativa e desportiva da Longueira, com presença da equipa técnica, cidadãos, entidades públicas e privadas, e representantes políticos. No decorrer da sessão, houve oportunidade de esclarecer as dúvidas colocadas pelos intervenientes. Os contributos foram recolhidos para análise e integração no presente relatório.

3/ RESULTADOS E PONDERAÇÃO

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

Terminado o período de consulta pública, foram recebidas 45 participações, 13 por via presencial e 31 por correio eletrónico. Estas participações encontram-se resumidas na tabela 3.1.

Tabela 3.1 – Participações obtidas no âmbito da consulta pública

ENTIDADE	REPRESENTANTE	COMUNICAÇÃO	DATA	CONTRIBUTOS
Associação de Beneficiários do Mira (ABM)	Carlos Chibeles	Presencial	24/02	3
Associação de Criadores Limousine (ACL)	António Samora	Presencial	24/02	2
Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores (AHSA)	Margarida Carvalho	Presencial	24/02	3
Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores (AHSA)	-	Correio eletrónico	14/03	24
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR Alentejo)	Roberto Grilo	Presencial	24/02	2
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	Paulo Silva	Presencial	24/02	6
Junta de freguesia V. N. Milfontes	Francisco Lampreia	Presencial	24/02	3
Juntos pelo SW	Fátima Teixeira	Presencial	24/02	1
Juntos pelo SW	-	Correio eletrónico	15/03	39
Lusomorango	Joel Vasconcelos	Presencial	24/02	2
Particular	Aabidali Silawat	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Amarjeet Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Avjeet Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Balbir Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Baljinder Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Boxer Pal	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Chirenjee Lal	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Gurinder Singh Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Ivran Ansari	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Jawahar Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Karamjit Khehra	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Lovepreet Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Manjinder Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Nawab Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Pankajpreet Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Pargat Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Paulo Maeiro	Presencial	24/02	1
Particular	Prabhdeep Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Prthello	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Richhpal Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Romy Masih	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Satnam Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Sewak Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Singh Balwinder	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Sukhdeep Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Sukhdev Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Sukhwinder Singh	Correio eletrónico	14/03	2

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

ENTIDADE	REPRESENTANTE	COMUNICAÇÃO	DATA	CONTRIBUTOS
Particular	Sukhwinder Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Tej Dhillon	Correio eletrónico	14/03	2
Particular	Visakha Singh	Correio eletrónico	14/03	2
Rota Vicentina	Paula Silva	Presencial	24/02	4
Sousa Prado & Filhos, Lda. (SPF, Lda.)	-	Correio eletrónico	24/02	17
Sousa Prado & Filhos, Lda. (SPF, Lda.)	Ângelo Prado	Presencial	24/02	1
Sousa Prado & Filhos, Lda. (SPF, Lda.)	Susana Prado	Presencial	24/02	5
Turismo do Alentejo	Pedro Beato	Presencial	24/02	1
Total	45			172

As participações obtidas resultaram em 172 contributos. Estes são apresentados na matriz de ponderação (tabela 3.2), que sistematiza os contributos e apresenta a ponderação atribuída a cada um. Os tipos de ponderação considerados incluem:

- Aceite **(A)** – o contributo constitui valor acrescentado para o plano;
- Parcialmente aceite **(PA)** – apenas parte do contributo constitui valor acrescentado para o plano, não sendo passível de integração na totalidade;
- Já contemplado **(JC)** – o contributo está em consonância com o previsto no plano;
- Não aceite **(NA)** – o contributo não é passível de integração ou não constitui valor acrescentado para o plano;
- Fora de âmbito **(FA)** – o contributo não tem enquadramento no âmbito do plano;
- Não aplicável **(N/A)** – o contributo não apresenta uma proposta concreta que possa ser incluída no plano.

Tabela 3.2 – Matriz de ponderação dos contributos recebidos

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Uso e ocupação do solo, uma das dimensões centrais das dinâmicas sociais, económicas e ambientais, apresenta informação referente a 2018, sendo que autores admitem “alterações significativas a nível do uso e ocupação do solo desde essa data”, não apresentando, contudo, informação complementar. Acontece que é precisamente neste período que se verificam um conjunto de dinâmicas de alteração na composição das classes de uso de solo, que no nosso entender importam ser analisadas face não só aos indicadores apresentados, como também face às políticas públicas, precisamente no sentido de apurar os fatores determinantes, assim como os seus impactos nas dimensões em apreço	Juntos pelo SW	8130/25	JC	A metodologia pressupõe utilização de dados oficiais, com as inerentes limitações
O mesmo reparo deve ser feito quanto aos “aglomerados populacionais” (p.23-24), dimensão que é consequência, nomeadamente das alterações demográficas. Refere-se uma taxa de sobrelotação das habitações de 11% em 2011, sem que seja abordado qualquer dado adicional. Este é um tema a explorar, vistos os aumentos populacionais descritos no relatório (p. 26 e 27)	Juntos pelo SW	8130/25	JC	A metodologia pressupõe utilização de dados oficiais, com as inerentes limitações
Consideramos que a secção referente à taxa de pobreza após transferências sociais, taxa de privação material e social, índice de gini (p. 27) beneficiaria particularmente de uma nota quanto à sua evolução no tempo, à semelhança do que ocorre com outros indicadores. Sendo um conjunto de indicadores económicos, deveria constar na secção introdutória “Económica”, que começa no final da mesma página. Parece-nos ser benéfico a apresentação de gráficos com dados em painel sobre a atividade económica dos diferentes setores, em vez das longas descrições que abordam os vários setores	Juntos pelo SW	8130/25	NA	Estes indicadores refletem tanto aspetos económicos como sociais, uma vez que a caracterização social surge antes da económica optou-se pela manutenção destes indicadores nesta secção
Na página 27, onde diz “da” deveria dizer “na” – “De acordo com os últimos censos (INE, 2022a), entre 2011 e 2021, a variação da população residente alcançou 72 % da freguesia (...)”	Juntos pelo SW	8130/25	A	Texto corrigido
Na subsecção “Trabalho digno e crescimento económico” (p.30), deveriam constar todos os dados sobre rendimentos e emprego, devendo os mesmos permitir comparações no tempo e entre setores de atividade económica. Também nos parece mais adequada ao contexto em causa, a inclusão de dados sobre infrações ou levantamento de autos laborais do que as condenações pelo crime de escravidão	Juntos pelo SW	8130/25	NA	A caracterização realizada teve em conta o conjunto de indicadores utilizados no diagnóstico
A secção sobre valores naturais (p. 32 e 33) deveria conter alguma análise da tendência, de forma a perceber como tem evoluído a presença destes valores naturais. O último parágrafo desta secção deveria ser mais afirmativo, já que a expansão da agricultura intensiva e as alterações no uso do solo que acarreta, não só podem como têm levado a um aumento dos conflitos. Não se trata de uma possibilidade e, há dados que corroboram esse conflito e os danos para os valores naturais, nomeadamente os relatório e informação compilada pelo ICNF, no âmbito da elaboração do Plano de Gestão da ZEC, ou em projetos como o projeto LIFE charcos, coordenado pela Liga para a Proteção da Natureza	Juntos pelo SW	8130/25	NA	Não previsto na metodologia adotada no presente plano

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Não se entende o que se quer dizer com “progressiva homogeneização” no 1.º parágrafo da página 36	Juntos pelo SW	8130/25	A	Explicitado
Na secção ambiental da análise de contexto (p. 36) não se explicita a relação entre as práticas agrícolas intensivas e alteração do uso do solo e a própria desertificação, através da erosão do solo, da disrupção dos padrões de recarga do aquíferos e infiltração hídrica e a perda de serviços de ecossistema	Juntos pelo SW	8130/25	JC	O assunto é abordado na análise de contexto biofísico
Os conflitos e antagonismos entre as 3 vertentes fundamentais (p.62) não são explicitados nem abordados. Preocupa-nos que os mesmo não tenham sido devidamente compreendidos, antes de passar à conceção de opções de política pública, ignorando a complexa teia de relações institucionais, socioeconómicas e ecológicas	Juntos pelo SW	8130/25	NA	Não se assumem as 3 vertentes como de base conflituosa e antagónica
A figura 27 não parece refletir o último parágrafo da página 65. Nas dimensões económica e na global, o cenário 2 aparece como tendo maior impacto positivo	Juntos pelo SW	8130/25	A	Corrigido
A matriz de cruzamento entre ações e conceitos estratégicos constante da tabela 8 (p. 68) espelha perfeitamente os pontos supramencionados. O cruzamento assenta num racional que o leitor não teve acesso e não está implícito, com os elementos disponíveis – os conceitos estratégicos não estão devidamente definidos e concretizados	Juntos pelo SW	8130/25	NA	Não se concorda com o proposto no comentário
Página 84 deveria ler-se “de” em vez de “do” no seguinte trecho “O plano diretor municipal do Odemira (...)”	Juntos pelo SW	8130/25	A	Texto corrigido
Falta um espaço no seguinte excerto (p.129): “Acompanhamento e monitorização eficaz da concessão de transportes públicos de passageirosConstituição (...)”	Juntos pelo SW	8130/25	A	Texto corrigido
O tema 1 apresenta um resumo de algumas políticas pública relevantes à escala local. Questionamos se as Ações A1.1 e A1.2 apresenta potencial de operacionalização pela CMO, conforme se refere para as 19 ações do cenário 1 na página 15?	Juntos pelo SW	8130/25	JC	Sim, direta ou indiretamente
Apoiar na procura de fontes de água alternativas e aumento da resiliência hídrica da região	SPF, Lda.	8169/25	A	Integrado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM
Contemplar as hipóteses de transvase	Junta de freguesia V. N. Milfontes	-	A	Integrado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM
Equacionar outras fontes de água, como sejam as potenciais por transvase (que estejam equacionadas ou mesmo em discussão)	SPF, Lda.	-	A	Integrado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Pensar em alternativas para obtenção de água que não a precipitação	SPF, Lda.	-	A	Integrado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM
Prever outras fontes alternativas para obtenção de água	ABM	-	A	Integrado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM
Contemplar nas ações do plano a modernização das infraestruturas de rega, com o intuito de minimizar as perdas durante o transporte	Lusomorango	-	JC	Contemplado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM
Fundamental garantir melhoria no sistema de transporte para ganho de eficiência	ABM	-	JC	Contemplado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM
Garantir o acesso à água de forma transversal a toda a população	Rota Vicentina	-	JC	Contemplado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM
Necessidade de compatibilização entre a agricultura e pecuária e a disponibilidade de água	CCDR Alentejo	-	JC	Contemplado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM
Necessidade de perceber o que o território pretende da agricultura, sendo difícil fazer planos de investimento sem ter certeza da disponibilidade de água	SPF, Lda.	-	JC	Contemplado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM
Previsibilidade é um fator importante e desejável, no entanto, a variabilidade da climatologia não recomenda rigidez excessiva no modelo de plurianual	AHSA	7984/24	JC	Contemplado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM
Recomenda-se fortemente que o plano contemple medidas efetivas, como por exemplo a urgente modernização do sistema de distribuição e o aumento da capacidade de reserva de água	AHSA	7984/24	JC	Contemplado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM
Redução da percentagem de área coberta é benéfica. Além do impacte visual, a mão de obra necessária a este tipo de produção traz uma pressão acrescida a nível da habitação e dos serviços	Junta de freguesia V. N. Milfontes	-	JC	Contemplado na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM, na ação 4.2 – medidas de integração paisagística, e nas ações do tema 5
Rejeitamos em absoluto a ideia da redução da área do AHM	AHSA	7984/24	JC	Contemplado na ação 1.2 – redelimitação do AHM

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
A ação A2.1 deveria contemplar também e necessariamente o cumprimento do programa de ordenamento do PNSACV, ainda que no novo regime jurídico de IGT, possa haver necessidade de transpor normas para o PDM, há dimensões cruciais que importa respeitar em função do regime de proteção em causa. Por outro lado, do ponto de vista jurídico não nos parece claro que a implementação de regime procedimental desta natureza atendendo à lógica sancionatória que se pretende que a ABM venha a ter. Não obstante parece-nos essencial especialmente nos casos de explorações agrícola que na sua implantação incumprem com legislação, desde criar vales de drenagem à terraplanagem de zona de proteção parcial ou complementar, etc. A verificação do cumprimento não pode ficar a cargo da ABM, nem deve ter natureza única, mas sim recorrente, sob pena de gerar uma situação de interesses conflitantes, além de extravasar as competências da ABM. A avaliação desta medida requer uma análise jurídica mais aprofundada. Consideramos um obstáculo à implementação a necessidade de criar e formar equipas, estabelecer procedimentos e articulação institucional com a ABM e eventualmente com outros organismos públicos. O investimento deve ser devidamente ponderado, no âmbito da necessidade de desenvolvimento de sistemas de informação e de contratação de serviços e de pessoal por parte da CMO	Juntos pelo SW	8130/25	JC	Considera-se que os contributos são conformes com a redação da ação
Empresas de menor dimensão não têm estrutura para dar resposta, pelo que é importante não adicionar camadas além das aplicadas atualmente	ABM	-	JC	Contemplado na ação 2.1 – requisitos obrigatórios
Existem dúvidas quanto a que entidades terão as responsabilidades de verificação	AHSA	7984/24	JC	Contemplado na ação 2.1 – requisitos obrigatórios, a verificação dos requisitos é feita pela ABM
Falta de clareza e alinhamento dos vários instrumentos de gestão do território tem mostrado ser o primeiro problema enfrentado pelos operadores	AHSA	7984/24	JC	Contemplado na ação 2.1 – requisitos obrigatórios, na ação 3.1 – licenciamento da atividade agrícola e na ação 6.1 – gabinete do agricultor
Urgente a redução da complexidade e aumento da eficiência dos processos burocráticos	AHSA	7984/24	JC	Contemplado na ação 2.1 – requisitos obrigatórios e na ação 3.1 – licenciamento da atividade agrícola
A ação A2.2 tem um potencial de duplicação grande com a medida precedente, numa lógica de uma gestão eficiente, de coordenação e de simplificação administrativa, o sistema de verificação e o âmbito material da verificação em causa deve ser tendencialmente coincidente. Como já referido anteriormente esta medida não depende da CMO, mas sim do Ministério da Agricultura e a sua implementação passaria por alterar o PEPAC ou alguma da sua regulamentação. Sugerimos que as ações A2.1 e A2.2 sejam fundidas e pensadas conjuntamente	Juntos pelo SW	8130/25	NA	Considera-se incorreta a interpretação feita da ação

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Regras pelas quais os operadores se devem reger são pouco claras, importante agregar no licenciamento as regras existentes sem adicionar mais camadas	AHSA	-	JC	Contemplado na ação 3.1 – licenciamento da atividade agrícola
Garantir um tempo de resposta adequado no licenciamento da atividade	Rota Vicentina	-	JC	Contemplado na ação 3.1 – licenuma áreanciamento da atividade agrícola
A ação A3.2 sobre a propagação de vetores de doenças deve ser articulado com entidades competentes na matéria, nomeadamente a DGS, uma vez que as ARS se encontram em processo de extinção e é a DGS que detém atribuições nesta área de saúde pública e planeia neste domínio. Também a DGAV tem competências nestas matérias, assim como nos domínios da fitossanidade e dos resíduos de pesticida. Os encargos destas medidas, especialmente as que incidem na saúde no trabalho deveriam ser suportadas pelo setor agrícola, beneficiários da implementação desta medida	Juntos pelo SW	8130/25	JC	Considera-se que os contributos não são contrários à redação da ação
Empresas têm de responder a muitos referenciais, um programa de sustentabilidade é mais interessante para o setor agrícola que o selo anteriormente proposto	AHSA	-	JC	Contemplado na ação 3.3 – programa de sustentabilidade da agricultura do AHM
Marketing territorial é importante para a agricultura tendo em conta a sua sobreposição ao parque natural, pode trazer valor acrescentado nos mercados europeus	ICNF	-	JC	Contemplado na ação 3.3 – programa de sustentabilidade da agricultura do AHM e na ação 6.2 – marketing territorial
Por parte das empresas agrícolas existe há muito uma importante e relevante intervenção e participação ao nível da responsabilidade social	AHSA	-	JC	Contemplado na ação 3.4 – fundo de responsabilidade
Existe enquadramento legal para a implementação de corredores ecológicos a nível europeu que não está a ser atualmente implementado em Portugal	Rota Vicentina	-	A	Integrado na ação 4.1 – mapeamento de corredores ecológicos
Implementação dos corredores ecológicos só resulta se for garantida a sua continuidade pela periferia das explorações	ICNF	-	JC	Contemplado na ação 4.1 – mapeamento dos corredores ecológicos
Foi recentemente apresentado o projeto de sebes e cortinas abrigo pela DGADR	AHSA	7984/24	A	Integrado na ação 4.2 – medidas de integração paisagística
Agilizar a obtenção de reconhecimento das habilitações literárias para imigrantes, promotora da permanência dos mesmos no território	SPF, Lda.	-	A	Previsto na estratégia municipal para a migração e contemplado na candidatura à ITI redes urbanas, integrado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Dependência de intermediários de mão de obra está mais ligada à falta de habitação e transporte que à sazonalidade	AHSA	7984/24	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8206/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8209/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8210/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8216/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8221/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8222/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8224/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8228/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8234/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8235/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8256/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8260/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8262/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8277/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8281/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8291/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8296/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8304/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8305/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8307/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8309/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8313/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8314/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8316/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8322/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8323/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8426/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8549/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Desenvolvimento do setor agrícola permite aumentar o número de empregos, bem como as condições de vida para os trabalhadores e famílias	Particular	8558/25	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
Rotatividade da mão de obra é um problema para a agricultura, é preciso perceber os contextos migratórios	AHSA	-	JC	Contemplado no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas
A ação A5.1 tem o nome do objetivo que pretende atingir e não de uma ação em si, pelo que dizer que “Esta ação consiste na minimização da pressão demográfica, contribuindo para um aumento da qualidade de vida diferenciada que motive a vinculação dos trabalhadores agrícolas, bem como das suas famílias, no território a longo prazo.” Não refere o que é a medida, apenas o que vai alcançar	Juntos pelo SW	8130/25	NA	Contemplado na conceção da ação 5.1 – minimização da pressão demográfica
A ação A5.2 depende da CMO? A CMO contrata técnicos superiores e aloca às entidades referidas?	Juntos pelo SW	8130/25	JC	Contemplado na ação 5.2 – reforço da capacidade dos serviços públicos, a entidade contratadora está ainda por definir
Assegurar mais recursos para serviços públicos	SPF, Lda.	8169/25	JC	Contemplado na ação 5.2 – reforço da capacidade dos serviços públicos
Existir um vereador para a agricultura na estrutura do executivo da CMO	SPF, Lda.	-	PA	Integrado parcialmente na ação 6.1 – gabinete do agricultor, foi contemplado afetar os

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
				assuntos agrícolas a um membro do executivo e não, necessariamente, uma vereação
Nomear um vereador de agricultura e florestas no município que ajude a que a atividade agrícola e florestas siga os objetivos preconizados pelo município e que oiça e entenda os problemas dos agricultores/pecuária/ floresta e empresas agrícolas	SPF, Lda.	8169/25	PA	Integrado parcialmente na ação 6.1 – gabinete do agricultor, foi contemplado afetar os assuntos agrícolas a um membro do executivo e não, necessariamente, uma vereação
Vereação na área agrícola teria papel muito importante neste sentido. Esta associação entende que se justifica a existência de uma vereação dedicada à Agricultura no AHM	AHSA	-	PA	Integrado parcialmente na ação 6.1 – gabinete do agricultor, foi contemplado afetar os assuntos agrícolas a um membro do executivo e não, necessariamente, uma vereação
Trabalhar-se num convívio mais harmonioso entre Turismo/ Agricultura/ Pecuária e Ambiente	SPF, Lda.	8169/25	JC	Contemplado na ação 6.2 – marketing territorial
Ações propostas devem ser integradas nos IGT, nomeadamente PDM e POAP	ICNF	-	JC	O plano prevê a integração de algumas ações nos IGT
As vertentes fundamentais deveriam ter objetivos que refletissem as mudanças pretendidas e o horizonte temporal respetivo, densificadas em conceitos estratégicos com indicadores quantificáveis	Juntos pelo SW	8130/25	JC	Enquadra-se na metodologia aplicada
Atualmente é permitida a instalação de culturas cobertas em 40 % da área do perímetro de rega	Lusomorango	-	JC	Trata-se de uma observação face ao modelo atual, sendo que o PEOAIAHM sugere a redução para 20 %
Dificuldade do ICNF em fiscalizar	ICNF	-	JC	Foi contemplado na conceção das ações que implicam a participação do ICNF
É necessário criar riqueza no concelho para se poder trabalhar mais no restauro e sustentabilidade do ambiente e pessoas. Para haver mais qualidade de vida, tem que se gerar riqueza e mais conhecimento na população	SPF, Lda.	8169/25	JC	Contemplado nos vários conceitos estratégicos
Haver objetivos para onde se quer estar no município com a atividade agrícola e florestas daqui a 5 e 10 anos	SPF, Lda.	8169/25	JC	Os objetivos e estratégia para o AHM encontram-se identificados no plano, sendo o seu alcance temporal de 9 anos

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Não se compreende a omissão das questões referentes à água e às externalidades negativas como é a poluição (que certamente, dirão, se inserem no conceito de “ambiente” e têm impactos na preservação da biodiversidade), mas também no que se refere à segurança alimentar, à participação democrática na gestão dos bens comuns e bens públicos	Juntos pelo SW	8130/25	JC	Cotemplado em diversos capítulos do relatório
Numa área que já é agrícola, mais do que o licenciamento da atividade agrícola, é importante a clareza na definição das áreas de impossibilidade dessa atividade	AHSA	7984/24	JC	Foi contemplado em diversas ações do plano, p.e. na ação 2.1 – requisitos obrigatórios e na açã 4.1 – mapeamento dos corredores ecológicos
Problema da falta de fiscalização pode dificultar a implementação de algumas ações, nomeadamente a 2.1 e a 3.1	Juntos pelo SW	-	JC	Foi contemplado na conceção das ações que implicam a participação do ICNF
Tem que se trabalhar mais em conjunto com as diferentes entidades	SPF, Lda.	8169/25	JC	Contemplado nos vários conceitos estratégicos e nas ações previstas
Agropecuária não é mencionada no plano, apesar de ser responsável por uma parte significativa do consumo de água	ACL	-	FA	O foco do plano foi a exploração agrícola do AHM
Criar condições para se desenvolver viveiros de plantas autóctones no concelho para se poder dar suporte a executar e educar os proprietários e empresas agrícolas corredores ecológicos e proteger habitats e cortinas de abrigo para responder melhor às alterações climáticas. Só os financiamentos existentes não são suficientes para se dar um salto no aumento da biodiversidade	SPF, Lda.	8169/25	FA	Não tem enquadramento. A proposta de viveiros extravasa nos seus objetivos o âmbito do plano
Entendemos que o plano deveria ter sido feito para todo o concelho de Odemira considerando as diferentes atividades económicas numa visão mais integrada do concelho. Podia-se promover a florestação no interior do concelho	SPF, Lda.	8169/25	FA	O âmbito do plano foi definido na sua metodologia de acordo com os objetivos do mesmo
Poucas entidades do setor agropecuário consultadas no processo participativo	ACL	-	FA	O foco do plano foi a exploração agrícola do AHM
Turismo é um setor relevante no concelho, é importante viabilizar o aumento do número de camas disponíveis para o setor	Junta de freguesia V. N. Milfontes	-	FA	O foco do plano foi a exploração agrícola do AHM
A ausência de explicitação dos conflitos e a dificuldade em evidenciar as relações entre as várias dimensões abordadas no diagnóstico e a evolução das mesmas, leva a que nenhuma das vertentes fundamentais seja “aparentemente” priorizada face a	Juntos pelo SW	8130/25	NA	Não se concorda com o proposto no comentário

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
outras, inviabilizando a construção de um referencial de objetivos estratégicos coerente e apoiada em indicadores monitorizáveis				
Arranjar recursos para dar agilidade aos processos de licenciamento de infraestruturas não previstas no SIMPLEX Urbanístico	SPF, Lda.	8169/25	NA	A proposta não especifica as infraestruturas em apreço
Criar um <i>hub</i> de agricultura de precisão onde se atraia conhecimento para mecanização da atividade agrícola e de boas praticas agrícolas sustentáveis aliadas à tecnologia	SPF, Lda.	8169/25	NA	Apesar da pertinência da proposta, a mesma não foi discutida com os atores relevantes no âmbito da elaboração do plano, não podendo, por isso, ser integrada
Melhorar a mobilidade territorial. As freguesias do interior têm habitação disponível para acolher trabalhadores, mas, não há transporte para estas localidades	Particular	-	NA	Dispersão geográfica dificulta a resposta do transporte público
Resultados apresentados no capítulo 5 são altamente suscetíveis de questionamento, na medida em que não estão apoiados numa análise robusta ou sistémica das políticas públicas propostas, problema que também se reflete no diagnóstico	Juntos pelo SW	8130/25	NA	Não enquadrado na metodologia adotada no presente plano
Parca presença de intertemporalidade impossibilita a compreensão da tendência ou progresso, pelo que deveria ter sido complementada com indicadores disponíveis para horizontes temporais mais alargados, ainda que não pertencentes à bateria de indicadores definida, tendo em vista uma análise mais robusta e sistémica das matérias em apreço	Juntos pelo SW	8130/25	NA	Não previsto na metodologia adotada no presente plano
Ponto anterior é agravado pela ausência de análise das políticas públicas de forma sistemática, tal como é evidente por exemplo na secção “aglomerado populacionais” (p. 23-24), em que se refere ao alojamento de trabalhadores agrícolas em IATA, sem o devido enquadramento dessa figura na Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2019, de 24 de outubro, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2021, de 4 de junho	Juntos pelo SW	8130/25	NA	Não previsto na metodologia adotada no presente plano
Seria preferível transitar a produção agrícola para locais onde esta seja compatível com os valores naturais existentes, e não redelimitar o AHM	ICNF	-	NA	A redelimitação do AHM tem como objetivo a compatibilização dos usos presentes no território. Não é expectável o AHM deixe de ser utilizado para a produção agrícola
Ação 6.3 carece de densificação dos mecanismos e procedimentos em causa, na medida em que inclui 3 pontos na conceção que parecem dispersos e desarticulados	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Acima da legislação nacional ao nível de HSST, a atividade agrícola é, no geral, já sujeita a elevados standards de nível europeu, por referenciais muitíssimo exigentes nas mais diversas áreas	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Ainda que se possa considerar que o mesmo afere "o estado atual de desenvolvimento sustentável na AIAHM", tal não se verifica quanto ao "seu potencial de desenvolvimento" nem permite uma análise "do estado de progresso" face às "metas definidas para cada ODS"	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Alerta-se para complexidade administrativa associada à ação A3.4 e para o investimento muito reduzido face à ambição do programa. Existem já diversos fontes de financiamento que apoio programas na área da agricultura, pelo que nos parece ser mais indicada estabelecer um gabinete técnico de apoio à transição agroecológica, que apoiasse agricultores a transitar para modelos mais sustentáveis e adaptados às condições existentes, bem como apoiar administrativamente, nomeadamente na elaboração de candidaturas, etc.	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Ausência de pensamento sistémico ao longo do documento revela-se na forma fragmentada e desconexa como a caracterização e diagnóstico são apresentados	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Atração de mais investimento para a região	SPF, Lda.	8169/25	N/A	Não é uma proposta concretizável
Atrair mais conhecimento com conferências sobre tecnologia e sustentabilidade	SPF, Lda.	8169/25	N/A	Comentário geral
Atualmente são já frequentes as situações que colocam em risco o acesso aos apoios financeiros por atraso de pareceres ou aprovações por parte de diversas entidades	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral
Consideramos que este fundo deve ficar circunscrito na sua atuação a mitigar os impactos negativos da agricultura no ambiente, adaptar os territórios às alterações climáticas e restaurar o estado ecológico do PNSACV. Não nos parece que devam ser os pagadores a definir o valor a pagar, mas sim a CMO	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Consideramos que não foram entrevistados neste processo, empresas agrícolas que explicassem o que já fazem em termos de sustentabilidade ambiental, social e de governança. Se o Município tivesse falado com empresas iria constatar os controles e monitorizações que já existem de indicadores muito importantes nestes 3 pilares da sustentabilidade que já são impostos por certificações de mercado a nível internacional tipo: Global Gap, GRASP, SPRING, MPS, ISO 45001 de HST, etc. Agora também existe o controle no MENAC para a parte de controle de corrupção e infrações conexas. A legislação europeia do âmbito do ESG já está a empurrar todas as empresas também agrícolas, para o respeito desta legislação porque por efeito de cadeia, não podemos ficar de fora	SPF, Lda.	8169/25	N/A	Comentário geral
Desenvolver escolas de formação com qualidade para formar a mão de obra que vem de fora e poder assim dar respostas de melhor qualidade às empresas	SPF, Lda.	8169/25	N/A	Comentário geral

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Devia haver maior integração entre a agricultura e o ambiente, beneficiada pela integração de ambos no mesmo ministério	CCDR Alentejo	-	N/A	Comentário geral
Dimensão das políticas públicas no contexto de um trabalho desta natureza é imprescindível para caracterizar e diagnosticar, não apenas para enquadrar as políticas públicas para o futuro. Esta lacuna de análise, ainda que menos marcada em certas dimensões (instrumentos de gestão territorial), é evidente ao longo do documento e empobrece a qualidade deste documento enquanto instrumento de apoio à decisão	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Disponibilidade das empresas é grande, no entanto, a capacidade de ação das entidades tem se mostrado limitada	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral
Empresas têm projetos I&D para dependerem cada vez menos da água do perímetro de rega	ICNF	-	N/A	Comentário geral
Existe uma certa dissonância ou ausência de ligação entre várias dimensões da caracterização e os indicadores apresentados para os ODS, dificultando uma leitura de conjunto que permita interligar, ou perceber as relações entre elementos	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Existe um projeto de redelimitação do PRM, a ser desenvolvido pela DGADR	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral
Face à importância do recurso água, é de difícil compreensão a diminuta secção dedicada ao tema na caracterização (p.25 e 26). Consideramos ser importante desenvolver a mesma, nomeadamente atendendo à informação, relatórios e publicações da ERSAR, APA sobre a qualidade e quantidade de água	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Fazer parecerias com outros municípios e universidades para projetos que tragam mais conhecimento e valor acrescentado na região	SPF, Lda.	8169/25	N/A	Comentário geral
Fundamental combater a perceção errada sobre falta de diversidade de culturas. Em agricultura, haverá sempre alguma sazonalidade, tal como noutros setores de atividade	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral
Gabinete do agricultor é uma iniciativa fundamental com importante efeito orientador e pedagógico	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral
Garantias de conformidade com as boas práticas são hoje exigidas pelo <i>compliance</i> a que as regras dos fundamentos ESG conduzem, este é por isso tema de maior interesse para esta associação	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Importante salvaguardar o escalão social, considerando que pequenos agricultores normalmente são menos eficientes	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral
Importa referir que a metodologia usada para calcular o impacte das medidas não é muito clara nem transparente	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Muitas empresas já oferecem transporte aos trabalhadores, incluindo para compras e lazer, e algumas adotaram opções elétricas	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral
Natureza dos solos e do clima limita naturalmente a aptidão para certas culturas	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral
Necessária a atualização da cartografia e o seu conhecimento/divulgação	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral
Necessária uma maior clareza nas áreas classificadas e valores naturais	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8206/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8209/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8210/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8216/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8221/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8222/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8224/25	N/A	Comentário geral

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8228/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8234/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8235/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8256/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8260/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8262/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8277/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8281/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8291/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8296/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8304/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8305/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8307/25	N/A	Comentário geral

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8309/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8313/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8314/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8316/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8322/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8323/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8426/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8549/25	N/A	Comentário geral
Necessário melhorar a agricultura no município de Odemira para que as empresas agrícolas continuem no território	Particular	8558/25	N/A	Comentário geral
Necessidade de perceber a relevância estatística dos dados, nem sempre representa de forma clara a realidade do território	SPF, Lda.	-	N/A	Comentário geral
Numa abordagem mais genérica consideramos que o plano está muito focado em controlar e fiscalizar a atividade agrícola. E não em como a atividade agrícola pode trazer valor acrescentado para a região de um modo mais sustentável para o futuro. A nossa região tem várias tutelas : ABM, DGADR, ERRAN. REN, ICNF Algarve, CCDR Alentejo, APA e Município de Odemira. Muitas destas tutelas têm objetivos contraditórios e nenhum agente económico consegue falar com alguém que coordene e tente arranjar um bom senso nos pedidos de pareceres para licenciamentos. Muitas entidades queixam-se que não têm os meios, incluindo o Município de Odemira	SPF, Lda.	8169/25	N/A	Comentário geral
Observatório de turismo da região do Alentejo utiliza também a lógica dos ODS	Turismo do Alentejo	-	N/A	Comentário geral

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

CONTRIBUTO	ENTIDADE	NIPG	PONDERAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO
Padrões de sustentabilidade das empresas agrícolas podem não ser suficientes, especialmente quando se tem em conta a sua inclusão em parque natural	Rota Vicentina	-	N/A	Comentário geral
Parece-nos que é ignorado que os ODS que incidem na bioesfera (ODS 6, 13, 14, 15) são a base e sustentam os demais ODS (Stockholm Resilience Centre, 2017)	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Referências ao RJGT deveriam ser feitas da seguinte forma "Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua versão atual". A mesma lógica se aplica a menções a outros atos legislativos ou regulamentares, que tenham sofrido alterações às versões originais	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Requisitos nacionais e internacionais de cumprimento ESG já balizam hoje fortemente a atividade agrícola	AHSA	7984/24	N/A	Comentário geral
Tal como não se refere a importância do estabelecimento e cumprimento de um regime de caudais ecológicos que permita sustentar um conjunto de funções ecológicas a jusante do AHM. O cumprimento dos valores dos caudais ecológicos deveria ser alvo de uma análise mais detalhada, nomeadamente através da descrição do enquadramento legal e da apresentação dos dados. Julgamos também relevar a menção de a pressão hídrica existente, nomeadamente apresentando o balanço hídrico anual das disponibilidades do AHM	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Trata-se primordialmente de trabalho de pesquisa bibliográfica, consistindo num trabalho inédito de compilação de informação multidisciplinar sobre a AIAHM, enquadrado pelos ODS	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral
Uma análise prospetiva do potencial da AIAHM, teria sido reforçada com recurso a instrumentos e métodos de prospetiva e de envolvimento de <i>stakeholders</i> mais desenvolvidos e interativos. Assim como referenciais como quadro lógico ou teoria da mudança deveriam ter sido mobilizados para uma melhor compreensão da cadeia de impactos decorrentes das ações propostas	Juntos pelo SW	8130/25	N/A	Comentário geral

5/ NOTAS FINAIS

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA
RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

Na sequência do período de consulta pública, importa notar o número elevado de participações e contributos recebidos. Das 45 participações recebidas, foram considerados 172 contributos, dos quais 13 foram aceites, 3 foram parcialmente aceite, 69 estavam já contemplados, 15 foram não aceites, 5 estavam fora do âmbito e 67 eram não aplicáveis.

Em função dos contributos recebidos, foram introduzidas alterações à proposta de plano estratégico e operacional na área de influência do aproveitamento hidroagrícola do Mira. Estas consubstanciam-se em pequenas modificações na redação de algumas das ações propostas, nomeadamente na ação 1.1 – modelo plurianual de distribuição da água do AHM e na ação 6.1 – gabinete do agricultor. Adicionalmente, integraram-se diferentes oportunidades de contexto na ação 4.1 – mapeamento de corredores ecológicos e na ação 4.2 – medidas de integração paisagística. Acrescentaram-se igualmente informações referentes à estratégia municipal para a migração no tema 5 – redução das disparidades sociodemográficas. Foram feitas algumas correções ortográficas nas páginas 27, 36 e 84, e foi corrigida a figura 27.

ANEXO 1
COMPROVATIVOS DE PUBLICITAÇÃO



Município de Odemira

28 de fevereiro às 10:04 · 🌐



Dê o seu contributo sobre o Plano Estratégico e Operacional na Área de Influência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira!

O Município de Odemira está a recolher contributos para o Plano Estratégico e Operacional na Área de Influência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira (PEOAI AHM), que se encontra em apreciação pública até ao dia 14 de março de 2025.

O documento está disponível para consulta em no site do Município e Balcão Único da Câmara Municipal, todos os dias úteis durante as horas normais de expediente.

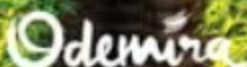
+info: www.cm-odemira.pt/municipio/discussao-publica

#municipiodeodemira #pnsacv

- CONSULTA PÚBLICA -

Plano Estratégico e Operacional na Área de Influência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira

Recolha de contributos
até 14.03.2025


MUNICÍPIO



Município de Odemira

26 de fevereiro às 10:00 · 🌐

...

O Plano Estratégico e Operacional na Área de Influência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira (PEOIAAHM) foi apresentado no passado dia 24 de fevereiro, na Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Longueira.

A sessão contou com a presença de vários representantes dos setores da Agricultura, Turismo e Ambiente, do Presidente da Câmara Municipal de Odemira, Helder Guerreiro, vereadores Pedro Rebelo Ramos e Isabel Palma, dirigentes e técnicos do Município e de autarcas de várias Juntas de Freguesia do concelho.

CMOdemira

#municipiodeodemira #PEOIAAHM #AIAHM





Município de Odemira

18 de fevereiro às 09:53 · 🌐



No dia 24 de fevereiro, pelas 20h30, terá lugar uma Sessão Pública para apresentação do Plano Estratégico e Operacional na Área de Influência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira (PEOAIAHM), a decorrer na Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Longueira.

Participe!

#municipiodeodemira #PEOAIAHM #AIAHM

- SESSÃO PÚBLICA -

Plano Estratégico e Operacional na Área de Influência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira

24 fev • 20h30

Associação Cultural, Recreativa e
Desportiva da Longueira

Odemira
MUNICÍPIO



MUNICÍPIO



VIVER



VISITAR



INVESTIR



PARTICIPAR

Inicial > Município > Discussão Pública

Município

Mensagem do Presidente
da Câmara

Câmara Municipal



Assembleia Municipal



Juntas de Freguesia

Conselhos e Comissões
Municipais

Associações Intermunicipais

Documentos



Projetos Cofinanciados

Arquivo Municipal



Discussão Pública

DISCUSSÃO PÚBLICA

Consulta Pública Plano Estratégico e Operacional na Área de Influência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira

Informamos que se encontra em apreciação pública, até ao dia 14 de março de 2025, o Plano Estratégico e Operacional na Área de Influência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira.

No decurso desse período, o Plano Estratégico e Operacional na Área de Influência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira encontra-se disponível para consulta no site do Município e Balcão Único da Câmara Municipal, todos os dias úteis durante as horas normais de expediente. Qualquer sugestão deve ser formulada por escrito e dirigida à Câmara Municipal de Odemira até às 16h00 do último dia do prazo acima referido, por correio eletrónico para planeamento@cm-odemira.pt ou por carta registada, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, para Praça da República, 7630-139 Odemira.

[Formulário](#)

Documentos para Consulta:

[> Relatório Final Plano Estratégico e Operacional na Área de Influência do Aproveitamento Hidroagrícola do Mira](#)

ANEXO 2
FORMULÁRIO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

EXPOSIÇÃO

Despacho

Registo de Entrada

NIPG:

Data:

Processo nº:

Pagamento:

Guia nº: Valor:

O Funcionário

.....

A Identificação

01 Nome / Entidade:

02 Morada / Sede:

03 Freguesia: 04 Código Postal:

05 NIF / NIPC: 06 N° de Identificação Civil: 07 Validade:

08 Telefone: 09 Telemóvel: 10 Fax:

11 Email:

12 ☐ Solicito o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado.

B Exposição

C

Informação/Consentimento

De acordo com o RGPD, o Município de Odemira enquanto responsável pelo tratamento, informa que os dados recolhidos destinam-se exclusivamente para o fim presente neste formulário.

Os titulares dos dados podem exercer, por escrito, os seus direitos previstos no art. 13º, designadamente: direito de informação, acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade, oposição e de ser informado em caso de violações de segurança.

Para mais informações contacte: protecao.dados@cm-odemira.pt, Município de Odemira, Praça da República, 7630-139 Odemira, Tel. 283 320 900 ou consulte a política de privacidade em www.cm-odemira.pt.

De acordo com a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, os elementos apresentados no âmbito do presente processo são documentos administrativos, pelo que o Município estará obrigado a garantir o seu acesso, salvaguardando os dados pessoais, a todos aqueles que o solicitem.

D

Pedido de Deferimento

01 O Requerente: 02 Data:

Ao assinar este documento, declaro para o devido efeito, sob compromisso de honra, que na instrução do presente pedido todos os dados são verdadeiros, nada tendo omitido.

ANEXO 3

APRESENTAÇÃO



PLANO ESTRATÉGICO
E OPERACIONAL NA

ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

APROVEITAMENTO
HIDROAGRÍCOLA DO MIRA:

UM TERRITÓRIO
MÚLTIPLAS REALIDADES

APROVEITAMENTO
HIDROAGRÍCOLA DO MIRA:

UM TERRITÓRIO
MÚLTIPLAS REALIDADES



APROVEITAMENTO
HIDROAGRÍCOLA DO MIRA:

UM TERRITÓRIO
MÚLTIPLAS REALIDADES



OBJETIVOS

Promover a **compatibilização** das atividades existentes e potenciais do território, com vista a uma **melhor gestão** das dinâmicas presentes no aproveitamento hidroagrícola do Mira

- SUSTENTABILIDADE SOCIAL
Capacidade de acolhimento de trabalhadores rurais
Respostas sociais adequadas
- SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA
Maior aproveitamento económico das atividades presentes
- SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
Redução dos impactes das atividades humanas no ambiente
Preservação da biodiversidade

OBJETIVOS

O plano estratégico e operacional na áreas de influência do aproveitamento hidroagrícola do Mira pretende:

- Definir linhas estratégicas e operacionais para o desenvolvimento do território
- Assumir-se como um instrumento de enquadramento de intervenções programadas e previstas
- Dinamizar e valorizar o território de forma distintiva e sustentável

ETAPAS

1. PROPOSTA
METODOLÓGICA

fev 2023

Metodologia a aplicar
Plano de trabalhos

2. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO
DO POTENCIAL DE
DESENVOLVIMENTO

mar 2023 – mai 2024

Realização do diagnóstico
Definição dos princípios base do
plano estratégico e operacional
Apresentação do diagnóstico e
recolha de contributos dos
principais atores-chave do
território

3. PROGRAMA DE AÇÃO

mai - jul 2024

Identificação e descrição das
ações a desenvolver
Mapeamento de intervenientes-
chave
Planeamento previsional de
execução

4. RELATÓRIO FINAL

jul 2024 –

Relatório global
Planificação global
Estimativa orçamental de
execução



DIAGNÓSTICO

METODOLOGIA

DIAGNÓSTICO

Caracterização da distribuição territorial dos usos do solo e das atividades existentes e potenciais

Análise das políticas e instrumentos de gestão do território

Avaliação do desempenho da área do PRM em termos de sustentabilidade e tendo por base uma bateria de indicadores de sustentabilidade

ELEMENTOS BASE DO PLANO

Levantamento dos projetos e ações relevantes planeados e em curso

Proposta de medidas/ações relevantes e seu impacto estimado sobre o desempenho de sustentabilidade do território

Definição do modelo de desenvolvimento e eixos de intervenção

PARTICIPAÇÃO

Apresentação do diagnóstico e discussão de cenários com responsáveis políticos, técnicos e stakeholders

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

1. BATERIAS DE INDICADORES

Desenvolvidas sob a égide das Nações Unidas e da Comissão Europeia
143 indicadores aplicáveis à AIAHM, num total de 163
17 objetivos de desenvolvimento sustentável

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPECTIVOS INDICADORES

ODS 1 ERRADICAR A POBREZA

- 1.01 Risco de pobreza
- 1.02 Intensidade da pobreza
- 1.03 Privação material e social
- 1.04 Desemprego familiar
- 1.05 Pobreza infantil

ODS 2 CONTRIBUTO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR*

- 2.01 Insegurança alimentar
- 2.02 Culturas cerealíferas
- 2.03 Nível trófico humano
- 2.04 Produtividade agrícola
- 2.05 Excesso de peso e obesidade
- 2.06 Agricultura biológica
- 2.07 I&D na agricultura

*O nome original do ODS 2 é erradicar a fome. Contudo, no âmbito do PEOAIAHM, foi adaptado o nome à realidade nacional.

ODS 3 SAÚDE DE QUALIDADE

- 3.01 Esperança de vida
- 3.02 Mortalidade evitável
- 3.03 Perceção da saúde
- 3.04 Tuberculose
- 3.05 Suicídio
- 3.06 Disparidade na saúde
- 3.07 Mortalidade abaixo dos 5 anos
- 3.08 Mortalidade devido a poluição atmosférica
- 3.09 Insatisfação com cuidados médicos
- 3.10 Mortalidade rodoviária
- 3.11 Consumo de álcool
- 3.12 Cobertura vacinal
- 3.13 Tabagismo
- 3.14 Cobertura de seguro de saúde
- 3.15 Marcação online de consultas
- 3.16 Sobrecarga das despesas em saúde
- 3.17 Bem-estar subjetivo
- 3.18 Mortalidade por doenças não transmissíveis
- 3.19 Baixa saúde mental
- 3.20 Mortalidade por drogas
- 3.21 Mortalidade por tuberculose, VIH e hepatite

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPECTIVOS INDICADORES

ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

- 4.01 Avaliação do 3.º ciclo
- 4.02 Aprendizagem ao longo da vida
- 4.03 Formação superior
- 4.04 Emprego de recém-formados
- 4.05 Abandono escolar
- 4.06 Insucesso em ciências
- 4.07 Variação no desempenho em ciências
- 4.08 Sucesso no ensino secundário
- 4.09 Disparidade escolar
- 4.10 Ensino pré-escolar

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

- 5.01 Mulheres especialistas em TIC
- 5.02 Mulheres em cargos governamentais
- 5.03 Violência no namoro
- 5.04 Mulheres em quadros superiores
- 5.05 Disparidade no emprego entre géneros
- 5.06 Disparidade salarial entre géneros
- 5.07 Empresas pertencentes a mulheres
- 5.08 Mulheres inativas
- 5.09 Mulheres em assentos parlamentares

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

- 6.01 Fósforo nos rios
- 6.02 Captação de água doce
- 6.03 Tratamento de águas residuais
- 6.04 Água potável
- 6.05 Serviços de saneamento seguros
- 6.06 Consumo doméstico de água
- 6.07 Escassez de água
- 6.08 Cuidados de higiene

ODS 7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

- 7.01 Emissões da produção elétrica
- 7.02 Consumo de energia
- 7.03 Consumo de energia final das famílias
- 7.04 Consumo de energia primária
- 7.05 Pobreza energética
- 7.06 Energias renováveis

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPETIVOS INDICADORES

ODS 8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

- 8.01 Direitos laborais
- 8.02 Mortalidade laboral
- 8.03 Escravidão
- 8.04 Desocupação jovem
- 8.05 Desemprego
- 8.06 Salários
- 8.07 Rendimentos
- 8.08 Investimento

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

- 9.01 Literacia digital
- 9.02 I&D
- 9.03 Investigadores
- 9.04 Pedidos de patente
- 9.05 Infraestruturas de comércio e transportes
- 9.06 Banda larga
- 9.07 Inovação tecnológica
- 9.08 Transportes coletivos

- 9.09 Produção científica
- 9.10 Disparidade no acesso à internet
- 9.11 Mercadorias transportadas por ferrovia

ODS 10 REDUZIR AS DESIGUALDADES

- 10.01 Segregação residencial
- 10.02 Pedidos de asilo
- 10.03 Mobilidade social
- 10.04 Desigualdade
- 10.05 Disparidade de rendimentos

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

- 11.01 Reciclagem
- 11.02 Concentração de partículas atmosféricas
- 11.03 Mobilidade sustentável
- 11.04 Sobrecarga com habitação
- 11.05 Condições insalubres
- 11.06 Sobrelotação

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPECTIVOS INDICADORES

ODS 12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

- 12.01 Emissões de dióxido de enxofre
- 12.02 Emissões de azoto
- 12.03 Nível de ozono diário
- 12.04 Resíduos perigosos
- 12.05 Resíduos urbanos
- 12.06 Emissões automóveis
- 12.07 Poluição atmosférica
- 12.08 Consumo interno de materiais
- 12.09 Economia circular
- 12.10 Rendimento de serviços ambientais

ODS 13 AÇÃO CLIMÁTICA

- 13.01 CO₂ de combustíveis fósseis
- 13.02 Gases com efeito de estufa
- 13.03 Emissões líquidas de gases de efeito estufa

- 13.04 Gases com efeito de estufa de consumo de energia
- 13.05 Temperatura à superfície
- 13.06 Perdas económicas relacionados com o clima
- 13.07 Contribuição para compromissos da ONU
- 13.08 Pacto de autarcas para o clima e energia

ODS 14 PROTEGER A VIDA MARINHA

- 14.01 Praias com água excelente
- 14.02 Áreas marinhas protegidas
- 14.03 Pesca por arrasto
- 14.04 Acidez média do oceano
- 14.05 Pesca sustentável

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPECTIVOS INDICADORES

ODS 15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE

- 15.01 Qualidade dos rios
- 15.02 Qualidade dos aquíferos
- 15.03 Sítios importantes para a biodiversidade
- 15.04 Erosão dos solos
- 15.05 Áreas protegidas terrestres
- 15.06 Espécies ameaçadas
- 15.07 Solos degradados
- 15.08 Florestas
- 15.09 Impermeabilização dos solos
- 15.10 Índice de borboletas dos prados
- 15.11 Índice de aves comuns

ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

- 16.01 Percepção da independência do sistema de justiça
- 16.02 Confiança na União Europeia
- 16.03 Homicídio
- 16.04 Prisão preventiva

- 16.05 Armas apreendidas
- 16.06 Encarceramento
- 16.07 Criminalidade
- 16.08 Índice de liberdade de imprensa
- 16.09 Ausência de corrupção
- 16.10 Acesso ao sistema judicial
- 16.11 Pontualidade dos processos administrativos

ODS 17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

- 17.01 Paraísos fiscais
- 17.02 Ajuda pública ao desenvolvimento

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

1. BATERIAS DE INDICADORES

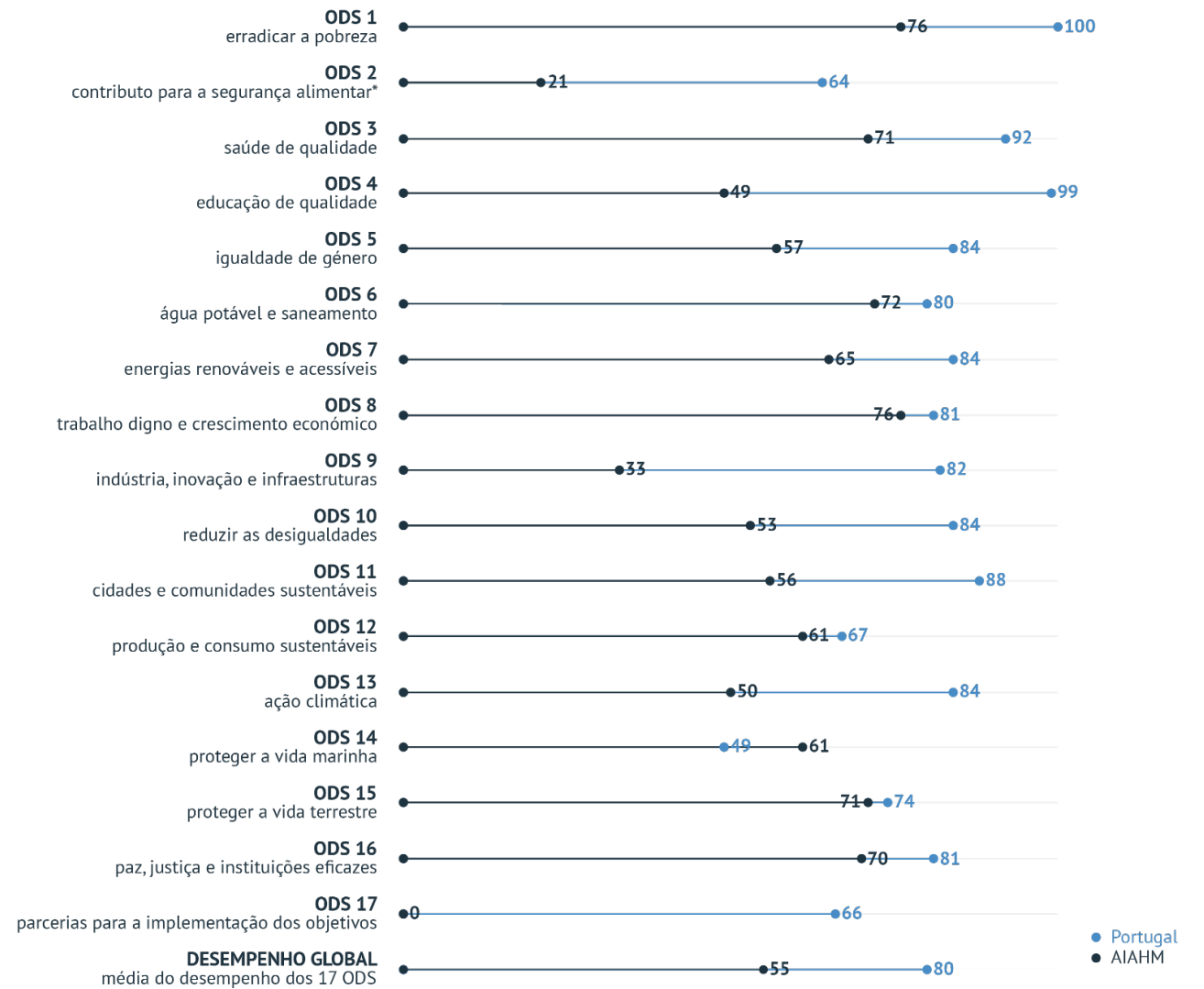
Desenvolvidas sob a égide das Nações Unidas e da Comissão Europeia
143 indicadores aplicáveis à AIAHM, num total de 163
17 objetivos de desenvolvimento sustentável

2. VALORES-LIMIAR DE REFERÊNCIA

Traduzem o intervalo de valores aceitáveis face aos objetivos de cada indicador e respetivo ODS
Consulta de informação estatística em páginas ou documentos de entidades oficiais
Solicitação direta a 45 entidades
Dados com o maior grau de desagregação possível

3. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Enquadramento e normalização do valor atual para a AIAHM face aos valores-limiar de referência
Desempenho bruto: sem escala definida
Desempenho global: escala de 0 a 100
Desempenho dos ODS: média dos respetivos indicadores







DEFINIÇÃO DO MODELO TERRITORIAL E CONCEITOS ESTRATÉGICOS DO PLANO

PARTICIPAÇÃO

Pretendeu-se incluir no plano estratégico e operacional do aproveitamento hidroagrícola do Mira o contributo dos vários atores do território, de forma a aferir:

- **INTERESSES E OBJETIVOS**
Identificação dos diferentes interesses e objetivos das entidades presentes no território
- **PROJETOS E MEDIDAS**
Levantamento de projetos, medidas e ações em curso ou planeadas, de forma a atingir os interesses e objetivos estabelecidos
- **OPORTUNIDADES**
Identificação de outros projetos, medidas, ações, usos do solo que possam ser oportunidades e/ou sinergias, face aos interesses e objetivos estabelecidos
- **OBSTÁCULOS**
Identificação de outros projetos, medidas, ações, usos do solo que possam ser consideradas conflituantes, face aos interesses e objetivos estabelecidos



PARTICIPAÇÃO

43 entidades, 11 setores. 36 participantes ativos

- **AGRICULTURA**

Associação de Beneficiários do Mira
AHSA - Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos Concelhos de Odemira e Aljezur
Associação para a Produção do Medronho
Autoridade de Gestão do PEPAC
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
Lusomorango - Organização de Produtores de Pequenos Frutos, S.A.

- **CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO**

AIMA - Agência para a Integração Migrações e Asilo
Autoridade para as Condições no Trabalho
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aljezur
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira
Gabinete de Estratégia e Planeamento
Instituto da Segurança Social
Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira

- **ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO**

Núcleo Empresarial da Região do Alentejo Litoral

- **ENSINO**

Agrupamento de escolas de Colos
Agrupamento de escolas de Odemira
Agrupamento de escolas de Sabóia
Agrupamento de escolas de São Teotónio
Agrupamento de escolas de V.N. Milfontes
Colégio Nossa Senhora da Graça
Direção de Serviços da Região Alentejo/Delegado Regional de Educação do Alentejo
Direção de Serviços da Região Alentejo/Delegado Regional de Educação do Algarve
Escola Profissional de Odemira

- **INFRAESTRUTURAS**

Infraestruturas de Portugal

PARTICIPAÇÃO

43 entidades, 11 setores. 36 participantes ativos

- **AGRICULTURA**

Associação de Beneficiários do Mira
AHSA - Associação de Horticultores, Fruticultores e Floricultores dos
Concelhos de Odemira e Aljezur
Associação para a Produção do Medronho
Autoridade de Gestão do PEPAC
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
Lusomorango - Organização de Produtores de Pequenos Frutos, S.A.

- **CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO**

AIMA - Agência para a Integração Migrações e Asilo
Autoridade para as Condições no Trabalho
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aljezur
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira
Gabinete de Estratégia e Planeamento
Instituto da Segurança Social
Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de
Odemira

- **ECONOMIA E EMPREENDEDORISMO**

Núcleo Empresarial da Região do Alentejo Litoral

- **ENSINO**

Agrupamento de escolas de Colos
Agrupamento de escolas de Odemira
Agrupamento de escolas de Sabóia
Agrupamento de escolas de São Teotónio
Agrupamento de escolas de V.N. Milfontes
Colégio Nossa Senhora da Graça
Direção de Serviços da Região Alentejo/Delegado Regional de Educação do
Alentejo
Direção de Serviços da Região Alentejo/Delegado Regional de Educação do
Algarve
Escola Profissional de Odemira

- **INFRAESTRUTURAS**

Infraestruturas de Portugal

PARTICIPAÇÃO

43 entidades, 11 setores. 36 participantes ativos

- **NATUREZA E FLORESTAS**

Grupo de Ação e Intervenção Ambiental – Núcleo Alentejo
Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
Rewilding Sudoeste

- **RECURSOS HÍDRICOS**

Administração de Região Hidrográfica ARH/APA Alentejo

- **SAÚDE**

Delegação de Saúde Regional do Alentejo Litoral
Delegação de Saúde Regional do Barlavento

- **SEGURANÇA**

Guarda Nacional Republicana – Posto Territorial de Odemira

- **TERRITÓRIO**

Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano
Associação para o Desenvolvimento da Região do Mira
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Câmara Municipal de Aljezur
Câmara Municipal de Odemira
Juntos pelo Sudoeste

- **TURISMO**

Associação Casas Brancas
Associação Rota Vicentina
Turismo do Algarve, E.R.T.
Turismo do Alentejo, E.R.T.

PARTICIPAÇÃO

43 entidades, 11 setores. 36 participantes ativos

- **NATUREZA E FLORESTAS**

Grupo de Ação e Intervenção Ambiental – Núcleo Alentejo
Instituto da Conservação da Natureza e Florestas
Rewilding Sudoeste

- **RECURSOS HÍDRICOS**

Administração de Região Hidrográfica ARH/APA Alentejo

- **SAÚDE**

Delegação de Saúde Regional do Alentejo Litoral
Delegação de Saúde Regional do Barlavento

- **SEGURANÇA**

Guarda Nacional Republicana – Posto Territorial de Odemira

- **TERRITÓRIO**

Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano
Associação para o Desenvolvimento da Região do Mira
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Câmara Municipal de Aljezur
Câmara Municipal de Odemira
Juntos pelo Sudoeste

- **TURISMO**

Associação Casas Brancas
Associação Rota Vicentina
Turismo do Algarve, E.R.T.
Turismo do Alentejo, E.R.T.

MODELO TERRITORIAL:

DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO
TERRITÓRIO

ASSENTE NA
VALORIZAÇÃO

SOCIAL
AMBIENTAL
E ECONÓMICA



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

Aumento da
eficiência hídrica

Promoção de uma economia
sustentável

Assegurar a conformidade da
atividade agrícola com requisitos
sociais e ambientais

Fomento de mosaicos de
paisagem

Melhoria da capacidade de
acolhimento da mão de obra

Fomento da mobilidade
geográfica

AÇÕES

- Gestão da utilização do recurso água
- Introdução de requisitos e condicionalidades à atividade agrícola
- Compatibiização da atividade agrícola com o meio envolvente
- Minimização do impacte da atividade agrícola
- Redução das disparidades sociodemográficas
- Ações complementares

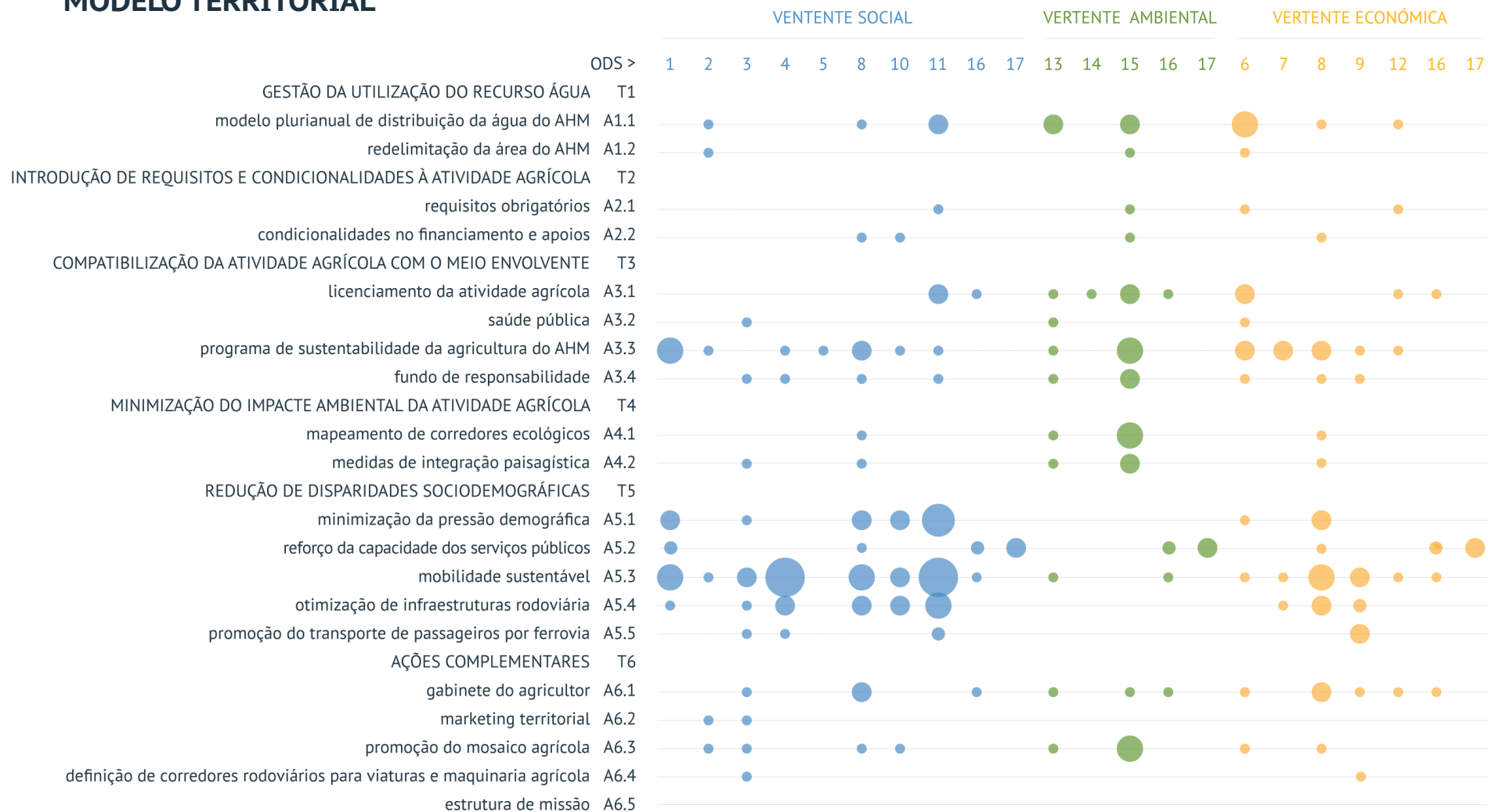
CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE1 Aumento da eficiência hídrica	CE2 Promoção de uma economia sustentável	CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais	CE4 Fomento de mosaicos de paisagem	CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra	CE6 Fomento da mobilidade geográfica
---	---	---	--	--	---

	CONCEITOS ESTRATÉGICOS					
	CE1 Aumento da eficiência hídrica	CE2 Promoção de uma economia sustentável	CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais	CE4 Fomento de mosaicos de paisagem	CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra	CE6 Fomento da mobilidade geográfica
AÇÕES						
TEMA 1. GESTÃO DA UTILIZAÇÃO DO RECURSO ÁGUA						
A1.1 Modelo plurianual de distribuição da água do AHM	•			•		
A1.2 Redelimitação da área do AHM			•	•		
TEMA 2. INTRODUÇÃO DE REQUISITOS E CONDICIONALIDADES À ATIVIDADE AGRÍCOLA						
A2.1 Requisitos obrigatórios	•	•	•			
A2.2 Condicionalidades no financiamento e apoios	•	•	•			
TEMA 3. COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM O MEIO ENVOLVENTE						
A3.1 Licenciamento da atividade agrícola	•	•	•	•		
A3.2 Saúde pública		•	•			
A3.3 Programa de sustentabilidade da agricultura do AHM	•	•	•	•	•	
A3.4 Fundo de reponsabilidade	•	•	•		•	
TEMA 4. MINIMIZAÇÃO DO IMPACTE DA ATIVIDADE AGRÍCOLA						
A4.1 Mapeamento de corredores ecológicos		•	•	•		
A4.2 Medidas de integração paisagística		•	•	•		

	CONCEITOS ESTRATÉGICOS					
	CE1 Aumento da eficiência hídrica	CE2 Promoção de uma economia sustentável	CE3 Assegurar a conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais	CE4 Fomento de mosaicos de paisagem	CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra	CE6 Fomento da mobilidade geográfica
AÇÕES						
TEMA 5. REDUÇÃO DAS DISPARIDADES SOCIODEMOGRÁFICAS						
A5.1 Minimização da pressão demográfica					•	
A5.2 Reforço da capacidade dos serviços públicos					•	
A5.3 Mobilidade sustentável					•	•
A5.4 Otimização de infraestruturas rodoviárias					•	•
A5.5 Promoção do transporte de passageiros por ferrovia						•
TEMA 6. AÇÕES COMPLEMENTARES						
A6.1 Gabinete do agricultor		•	•			
A6.2 Marketing territorial		•		•		
A6.3 Promoção do mosaico agrícola		•	•	•	•	
A6.4 Definição de corredores rodoviários para viaturas e maquinaria agrícola			•			•
A6.5 Estrutura de missão	•	•	•	•	•	•
TOTAL	7	12	13	9	8	5

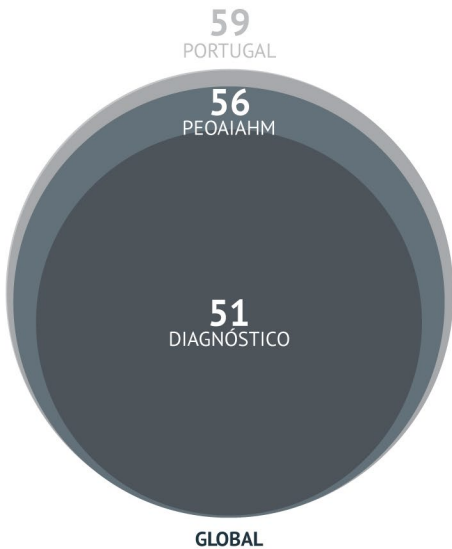
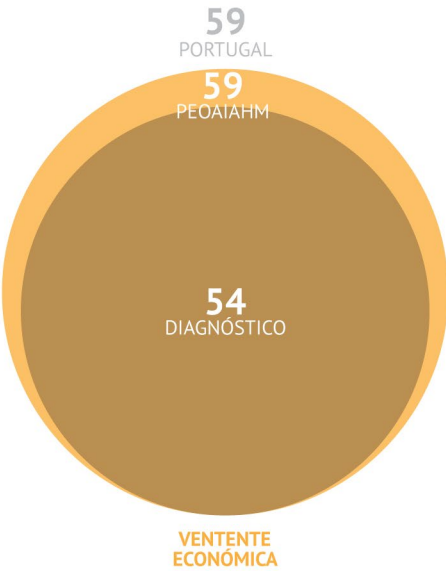
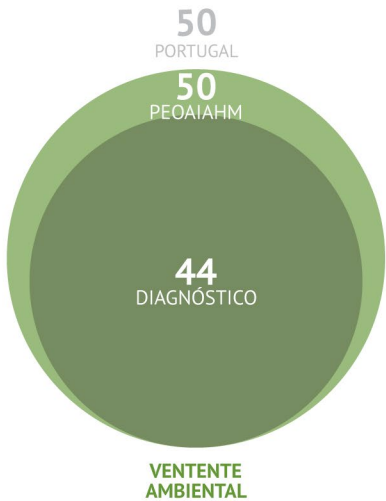
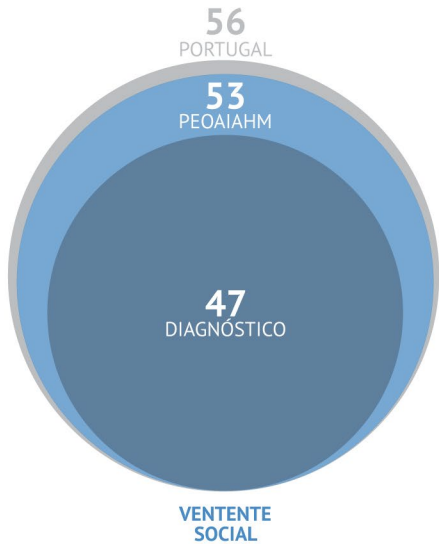
MODELO TERRITORIAL



impacte expectável crescente



MODELO TERRITORIAL





PROGRAMA DE AÇÃO

METODOLOGIA

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

Detalhe, espacialização,
identificação de condicionantes,
priorização

**MAPEAMENTO DE
INTERVENIENTES**

Identificação dos promotores e
parceiros a envolver

PLANEAMENTO PRELIMINAR

Planeamento previsional de
concretização

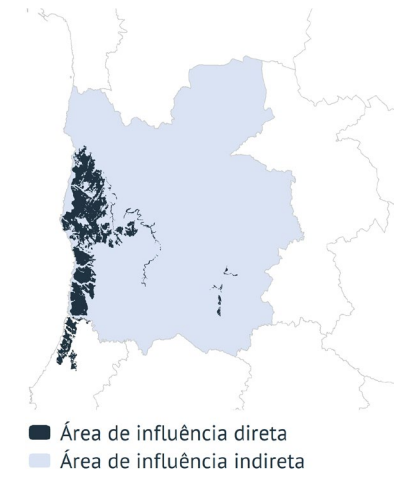
PARTICIPAÇÃO

Recolha de contributos junto de
responsáveis políticos, técnicos e
stakeholders

TEMA 1. GESTÃO DA UTILIZAÇÃO DO RECURSO ÁGUA

A1.1 MODELO PLURIANUAL DE DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA DO AHM

Definição e adoção de um modelo de distribuição da água de médio-longo prazo



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE1 Aumento da eficiência hídrica
CE4 Fomento do mosaico de paisagem

JUSTIFICAÇÃO

- Os cenários climáticos: aumento na temperatura e uma diminuição na precipitação, intensificando os fenômenos de seca
- A bacia do Mira: situação de seca hidrológica extrema
- Barragem de Santa Clara está a ser explorada a partir do volume morto
- A previsão da água disponível é fundamental para que os agentes do setor agrícola possam aferir a sustentabilidade das suas explorações
- A **necessidade de aumentar a eficiência hídrica** será beneficiada pela introdução de limites à quantidade de água disponível

CONCEPÇÃO

A gestão da água deverá ser realizada sobre o princípio de **garantia de limiares de segurança** de abastecimento.

O limiar mínimo de segurança deverá ser calculado tendo por base os cenários climáticos previstos para o território.

Em função da cota a garantir e do volume de água previsível de entrada por pluviosidade, será definido o **valor anual garantido** bem como o volume a alocar aos diferentes usos, com priorização das estimativas de necessidades de abastecimento público.

TEMA 1. GESTÃO DA UTILIZAÇÃO DO RECURSO ÁGUA

A1.2 REDELIMITAÇÃO DA ÁREA DO AHM

Redelimitação da área do perímetro de rega

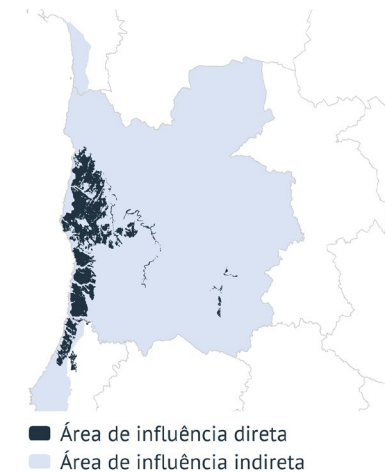
CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

CE4 Fomento do mosaico de paisagem

JUSTIFICAÇÃO

- AHM abrange área de 13 977 ha, dos quais 5 528 são regados
- Níveis de armazenamento da barragem de Santa Clara têm descido de forma significativa nos últimos anos, o que levou à interdição da instalação de novas culturas permanentes e de novas culturas protegidas
- A elevada necessidade de mão-de-obra no setor da agricultura tem resultado na sobrelotação dos alojamentos disponíveis
- As explorações no AHM estão sujeitas ao cumprimento do disposto no POPNSACV e no regime jurídico da rede Natura 2000, tendo sido identificadas várias situações de incompatibilidade



CONCEPÇÃO

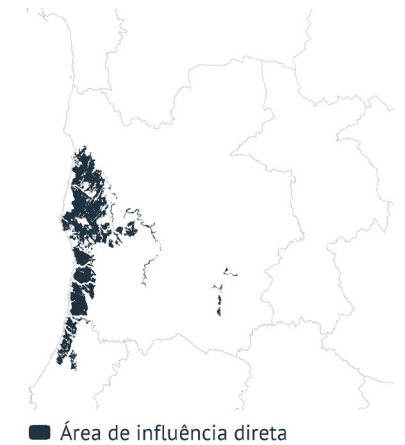
A concretização do objetivo desta ação prevê a redelimitação do AHM pela **desafetação da atividade agrícola** em:

- Zona terrestre de proteção do POC Espichel - Odeceixe
- Perímetros urbanos
- Corredores ecológicos
- Rede viária nacional e municipal
- Cursos de água principais
- Polígonos isolados com < 50 ha de área e outros polígonos isolados

TEMA 2. INTRODUÇÃO DE CONDICIONAMENTOS E REQUISITOS À EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

A2.1 REQUISITOS OBRIGATÓRIOS

Introdução de requisitos obrigatórios para acesso à água gerida pela ABM, atestados por verificação de cumprimento no momento de cada inscrição anual



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE1 Aumento da eficiência hídrica

CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

JUSTIFICAÇÃO

- As explorações agrícolas estão sujeitas às condicionantes legais determinadas pelos diferentes instrumentos de gestão territoriais
- Grande parte do AHM encontra-se em área classificada; maioria das explorações estão sujeitas ao cumprimento do disposto no POPNSACV, bem como ao regime jurídico da rede Natura 2000
- A verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentares estabelecidas é realizado através de ações de vigilância e fiscalização o que dificulta a capacidade de gestão de risco
- É necessário **suscitar um momento de verificação do cumprimento de referenciais legais e regulamentares existentes**

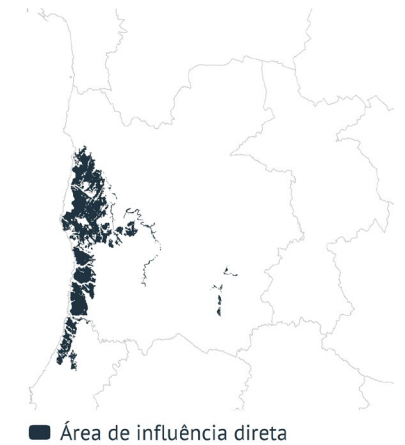
CONCEPÇÃO

- Definição **dos componentes de verificação** a considerar
- Consoante a entidade, o cumprimento dos requisitos será atestado mediante a emissão duma declaração de não deteção, à data, de incumprimentos ou mediante sobreposição cartográfica do masterplan do projeto agrícola
- Em caso de deteção de incumprimentos, a apresentação dum plano para a sua regularização, com prazo de execução a definir, viabiliza uma autorização temporária de acesso
- Aquando do momento de inscrição, é **verificado o cumprimento**, pela ABM
- Estabelecimento de um período inicial transitório de 3 anos, durante o qual será obrigatória a verificação, mas sem que seja aplicada a sanção
- Incorporação deste processo no regulamento da ABM

TEMA 2. INTRODUÇÃO DE CONDICIONAMENTOS E REQUISITOS À EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

A2.2 CONDICIONALIDADES NO FINANCIAMENTO E APOIOS

Introdução de condicionalidades no financiamento e apoios à atividade agrícola no contexto da especificidade do AHM



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE1 Aumento da eficiência hídrica

CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

JUSTIFICAÇÃO

- AHM insere-se em território com património natural e paisagístico de elevado valor
- Conflitos entre a agricultura e questões ambientais e sociais conduziram à integração de conceitos como a sustentabilidade ambiental e social na PAC
- Foram introduzidas alterações na PAC que condicionam a receção integral dos apoios disponíveis
- A ausência dum processo formal de licenciamento, suscita necessidade de **introdução de outros mecanismos que fomentem e assegurem o cumprimento de requisitos sociais e ambientais**

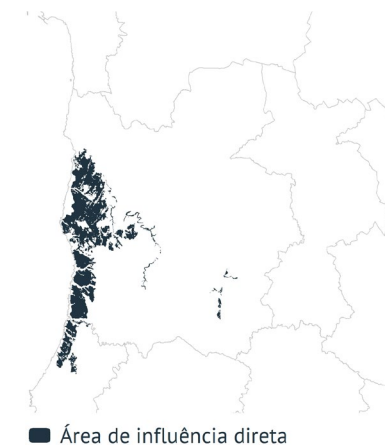
CONCEPÇÃO

- Assunção formal da **especificidade** dos aproveitamentos hidroagrícolas localizados em parques naturais
- Criação de um grupo de trabalho, com as entidades consideradas relevantes, para a definição das condicionalidades que devem ser alvo de revisão ou complemento, aplicáveis aos **aproveitamentos hidroagrícolas localizados em parques naturais**
- Revisão e/ou complemento das condicionalidades ambientais e sociais existentes no PEPAC, no contexto desta especificidade

TEMA 3. COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM O MEIO ENVOLVENTE

A3.1 LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

Definição e implementação de um projeto-piloto de licenciamento da atividade agrícola



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE1 Aumento da eficiência hídrica

CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

CE4 Fomento do mosaico de paisagem

JUSTIFICAÇÃO

- Pressão sobre recursos como solo, água e biodiversidade
- Atividade agrícola intensiva não sujeita a regime jurídico de licenciamento, dificulta que a administração assegure o cumprimento dos condicionantes determinados pelos IGT
- A **verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentares** realizada através de ações de vigilância e fiscalização
- A ausência de uma **análise das potenciais incompatibilidades** da atividade agrícola de cariz intensivo com o meio envolvente, impede a introdução de **medidas de minimização e compensação dos impactes** previstos, bem como a sua **monitorização**.

CONCEPÇÃO

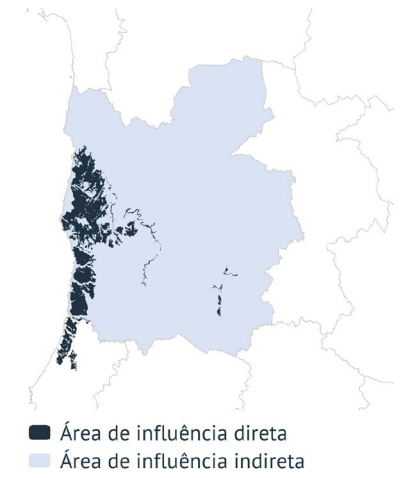
Desenvolvimento de um **projeto piloto** a 5 anos, nos seguintes termos:

- O licenciamento será operado por uma entidade coordenadora do licenciamento, a Câmara Municipal de Odemira
- O licenciamento será decidido por **conferência procedimental deliberativa**, presidida pela entidade coordenadora do licenciamento
- O prazo de pronúncia indicativo é de 45 dias consecutivos, o prazo final deverá ser estabelecido numa fase posterior
- O âmbito de análise será objetivamente definido, tendo como base a consolidação das **listas de elementos instrutórios das diferentes entidades** existentes

TEMA 3. COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM O MEIO ENVOLVENTE

A3.2 SAÚDE PÚBLICA

Integração da prevenção de riscos sobre a saúde pública nas práticas agrícolas desenvolvidas no AHM



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

JUSTIFICAÇÃO

- Algumas das práticas agrícolas utilizadas no AHM, como a pulverização de fitofármacos, o armazenamento de agroquímicos e a contaminação dos aquíferos, contribuem para aumentar o **risco para a saúde pública**
- Tem-se verificado uma crescente propagação de vetores de doenças não usuais (p.e. *Aedes albopictus*), favorecida pela **presença de águas paradas**, como os reservatórios de água associados à atividade agrícola

CONCEPÇÃO

A concretização dos objetivos desta ação prevê a atuação em 3 eixos:

- Saúde humana e ambiental pela **prevenção de doenças** associadas à transmissão de vetores: monitorização da presença no território de vetores; prevenção da multiplicação e propagação (charcas)
- Proteção do **solo** e dos **recursos hídricos**: monitorização a utilização dos pesticidas/herbicidas
- Saúde e segurança dos trabalhadores, através do reforço do nível de cuidado prestado pelas empresas de **medicina do trabalho**: atualização do PNV à chegada; identificação precoce/rastreio de patologias infectocontagiosas; promoção da saúde mental; prevenção de dependência alcoólica e toxicológica

TEMA 3. COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM O MEIO ENVOLVENTE

A3.3 PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA DO AHM

Instituição de um programa de sustentabilidade da agricultura do AHM



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

- CE1 Aumento da eficiência hídrica
- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais
- CE4 Fomento do mosaico de paisagem
- CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra

JUSTIFICAÇÃO

- O aumento da área ocupada por produção agrícola intensiva pode introduzir **pressão sobre recursos** como solo, água e biodiversidade
- Devido à crescente consciencialização dos impactes da atividade agrícola, é já regular a **adoção e exigência** pelos mercados **de regimes de produção validados** por certificações reconhecidas internacionalmente

CONCEPÇÃO

Estabelecimento de um programa de sustentabilidade da agricultura do AHM (PSAM), seguindo como **referencial** o Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo.

Lógica de **melhoria contínua** e de **elevação dos padrões de sustentabilidade**.

Instrumento de afirmação, **reconhecimento e valorização** de uma potencial marca Agricultura de Odemira nos mercados interno e externo. Esta ação será operacionalizada mediante:

- Definição da entidade coordenadora, órgãos executivos e de decisão
- Definição do âmbito do programa, pré-requisitos, critérios e categorias
- Estabelecimento do design e modelo de divulgação

TEMA 3. COMPATIBILIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA COM O MEIO ENVOLVENTE

A3.4 FUNDO DE RESPONSABILIDADE

Criação de um fundo de responsabilidade e equilíbrio social e ambiental integrando o setor económico agrícola



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE1 Aumento da eficiência hídrica

CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra

JUSTIFICAÇÃO

- Os **conflitos entre a agricultura e as questões ambientais e sociais** têm vindo a merecer crescente atenção, originando a integração de conceitos de sustentabilidade nas práticas agrícolas e motivando os agentes económicos para o **desenvolvimento de iniciativas de responsabilidade** social e ambiental
- A ausência de um **contexto concertado** para o desenvolvimento de projetos de responsabilidade social e ambiental do setor económico, reduz o impacte potencial dos investimentos individuais e dificulta a sua divulgação e notoriedade

CONCEPÇÃO

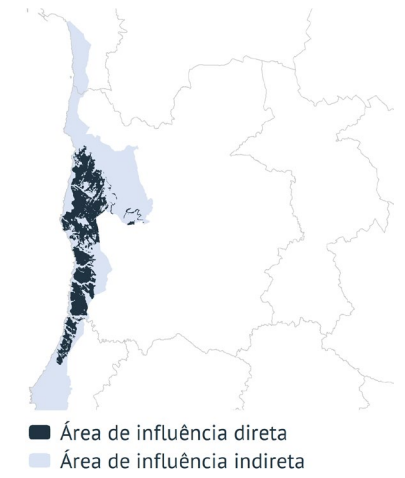
Será constituída uma entidade gestora de um fundo, provisoriamente denominado de fundo de responsabilidade. Operacionalização:

- **Mapeamento das iniciativas** do setor público e privado no concelho
- Constituição de uma **entidade jurídica independente**, sem fins lucrativos
- Definição **do modelo de financiamento**, a base de financiamento deverá assentar em contributos da Câmara Municipal de Odemira e das empresas do concelho
- Definição de planos anuais ou plurianuais de atividades/ações, que contextualizem a aplicação dos fundos financeiros. Consideram-se duas tipologias de aplicação dos fundos: ações permanentes, com orçamento pré-definido, e ações temporárias, mediante candidatura
- O fundo poderá enquadrar uma **componente de fundo de garantia**
- Criação de um regulamento para a atribuição das verbas

TEMA 4. MINIMIZAÇÃO DO IMPACTE AMBIENTAL DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

A4.1 MAPEAMENTO DE CORREDORES ECOLÓGICOS

Mapeamento de corredores ecológicos e identificação de áreas concretas a integrá-los



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

CE4 Fomento de mosaicos de paisagem

JUSTIFICAÇÃO

- O AHM insere-se num território com um património natural e paisagístico de elevado valor, não só a nível local, mas também a nível nacional e europeu
- O POPNSACV, prevê que “quando a área total explorada com hortifruticultura e culturas ornamentais, de ar livre ou protegidas, for superior a 10 ha, deve ser **garantida uma área de dimensão igual a 20 %** desta, ocupada com culturas melhoradoras do solo, de prevenção de pragas e doenças, para alimentação das espécies selvagens ou em pousio”
- As **faixas marginais não cultivadas** e as **cortinas de abrigo** são de extrema importância potenciando a ocorrência de habitats em regeneração e importantes populações de espécies endémicas

CONCEPÇÃO

A presente ação prevê a concretização das seguintes tarefas:

- Será realizado o mapeamento dos **corredores ecológicos de referência**, considerando elementos cartográficos de base. Os corredores, de largura ajustada à distribuição espacial dos critérios considerados, deverão assegurar a conectividade entre os elementos da cartografia de base
- Para todas as explorações agrícolas será obrigatória a **manutenção ou implementação de áreas não produtivas** com uma **largura mínima de 15 metros**
- Todas as explorações que se encontrem fora dos corredores ecológicos definidos, deverão apenas cumprir com o ponto anterior. As que se encontrem total ou parcialmente nos corredores ecológicos de referência definidos, deverão, no âmbito de pronúncia pelo ICNF, proceder à compatibilização do seu *masterplan* com a necessidade de salvaguarda direta e indireta dos valores naturais em presença, devendo resultar uma cartografia do **corredor ecológico específico** a considerar na exploração em análise
- A cartografia dos corredores ecológicos de referência deverá ser integrada nos seguintes instrumentos: (1) POPNSACV; (2) PDM; (3) regulamento da ABM

TEMA 4. MINIMIZAÇÃO DO IMPACTE AMBIENTAL DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

A4.2 MEDIDAS DE INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA

Promoção de medidas de integração paisagística por via da sua integração no âmbito do licenciamento da atividade agrícola e regulamentos vinentes

CONCEITOS ESTRATÉGICOS

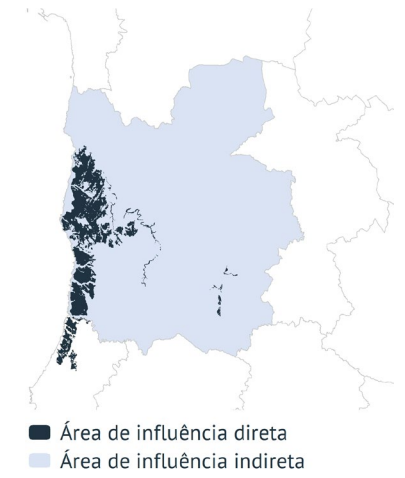
CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

CE4 Fomento de mosaicos de paisagem

JUSTIFICAÇÃO PARA A AÇÃO

- O AHM insere-se num território com um **património natural e paisagístico** de elevado valor, não só a nível local, mas também a nível nacional e europeu
- A **qualidade da paisagem** em meio rural foi assumida como fundamental para a valorização e desenvolvimento sustentável dos territórios e para qualidade de vida dos cidadãos, tornando-se assim necessário minimizar o impacto negativo das culturas protegidas e/ou de áreas de monocultura de elevada dimensão sobre a qualidade da paisagem.



CONCEPÇÃO

A implementação desta ação será operacionalizada por:

- Obrigatoriedade de **apresentação e implementação de um plano de integração paisagística** para as explorações inseridas no parque natural e/ou em Rede Natura 2000, bem como do projeto piloto de licenciamento previsto no presente plano
- Introdução da necessidade de **medidas de integração paisagística**, adequadas ao potencial impacto sobre recetores sensíveis, no contexto dos arranjos exteriores e da estrutura ecológica municipal, para projetos agrícolas de cariz intensivo, por incorporação desta obrigatoriedade ao nível do regulamento do PDM ou a nível de regulamento municipal

TEMA 5. REDUÇÃO DE DISPARIDADES SOCIODEMOGRÁFICAS

A5.1 MINIMIZAÇÃO DA PRESSÃO DEMOGRÁFICA

Minimização da pressão demográfica, contribuindo para um aumento da qualidade de vida diferenciada que motive a vinculação dos trabalhadores agrícolas, bem como das suas famílias, no território a longo prazo



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra

JUSTIFICAÇÃO

- Excessiva **pressão demográfica sobre a faixa litoral** do concelho
- **Sobrelotação dos alojamentos** associada aos trabalhadores migrantes que vivem em condições indignas
- Dificuldade do território em constituir-se como **opção de longo prazo** para os cidadãos de nacionalidade estrangeira que acolhe
- Dificuldade de **redução da rotatividade de mão-de-obra** de necessidade permanente
- Dificuldade no desenvolvimento duma integração bem-sucedida, devido à permanência maioritariamente de curta duração dos imigrantes no território
- Deterioração do parque habitacional, muitas vezes relacionada com a falta de meios dos proprietários para a reabilitação dos imóveis

CONCEPÇÃO

- Expansão dos perímetros urbanos, tal como previsto na carta municipal de habitação
- Reforço da bolsa de solo urbano municipal em núcleos populacionais onde a pressão urbanística é maior
- Aquisição, aquisição e reabilitação, reabilitação e construção urbana em todo o concelho
- Manutenção dos atuais programas de apoio ao arrendamento. Esta oferta deverá ser alvo de avaliação periódica que permita a sua adequação a esta procura que se prevê crescente
- No âmbito desta ação, deverá ser equacionada uma discriminação positiva, no contexto dos programas de apoio à habitação, de imigrantes que concretizem o reagrupamento familiar, que frequentem com sucesso o ensino da língua portuguesa como língua não materna, entre outros programas de integração

TEMA 5. REDUÇÃO DE DISPARIDADES SOCIODEMOGRÁFICAS

A5.2 REFORÇO DA CAPACIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Reforço da capacidade dos serviços públicos que assegure uma adequada resposta aos cidadãos atualmente presentes neste território



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra

JUSTIFICAÇÃO

O concelho de Odemira apresenta os seguintes desafios no que respeita aos serviços públicos:

- Odemira tem assistido nos últimos anos a um forte crescimento populacional para o qual muito contribuiu a população migrante
- Apesar deste fluxo migratório ser uma oportunidade para o território, traz consigo também grandes **desafios a nível das infraestruturas, serviços de interesse geral e respostas sociais** que é preciso assegurar
- Os **recursos humanos disponíveis nos serviços públicos** de interesse geral não são suficientes para dar resposta à população residente atual

CONCEPÇÃO

- Contratação de técnicos para colmatar as necessidades de recursos humanos nos serviços de interesse público atuais, que incluem: 2 técnicos para a segurança social, 3 técnicos para o tribunal, 4 técnicos para as conservatórias e 9 técnicos para as finanças
- Avaliação periódica das carências que permita a adequação de recursos humanos nos serviços de interesse público face à procura que se prevê crescente

TEMA 5. REDUÇÃO DE DISPARIDADES SOCIODEMOGRÁFICAS

A5.3 MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Conceção de uma rede de transportes coletivos rodoviários que assegure uma adequada mobilidade intraconcelhia, alicerçada numa solução de mobilidade sustentável



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra
CE6 Fomento da mobilidade geográfica

JUSTIFICAÇÃO

- **Transporte público** rodoviário intraconcelhio com cobertura espacial e temporal **insuficientes**
- **Dificuldades no acesso** aos serviços centralizados e às infraestruturas desportivas e culturais, criando **situações de exclusão social** para a população sem meios autónomos de locomoção
- Uso intensivo do transporte individual com impactes significativos a nível ambiental, social e de ocupação do espaço público
- **Despovoamento das freguesias de menor cobertura pela rede de transporte público**

CONCEPÇÃO

- Definição de um sistema que permita responder à necessidade de transporte de trabalhadores agrícolas, transporte escolar, acesso dos cidadãos aos serviços públicos e acesso às infraestruturas desportivas e culturais
- Organizar, planear, desenvolver e articular redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros eficazes face às necessidades identificadas
- Acompanhamento e monitorização eficaz da concessão de transportes públicos de passageiros

TEMA 5. REDUÇÃO DE DISPARIDADES SOCIODEMOGRÁFICAS

A5.4 OTIMIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS

Otimização da rede de vias distribuidoras de comunicação com os centros estruturantes de menor acessibilidade (melhoria dos acessos rodoviários às freguesias)

CONCEITOS ESTRATÉGICOS

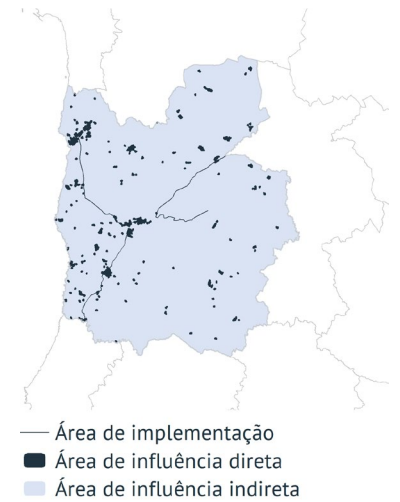
CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra
CE6 Fomento da mobilidade geográfica

JUSTIFICAÇÃO

- A rede viária atual apresenta limitações significativas em termos de capacidade, segurança e eficiência, o que dificulta a fluidez do tráfego e a adaptação às necessidades de mobilidade modernas
- **Deslocações demoradas** dentro do concelho, particularmente na conectividade **litoral-interior**
- **Distribuição demográfica** desproporcional, caracterizada por uma pressão excessiva nos aglomerados litorais e abandono nos interiores

CONCEPÇÃO

- Requalificação de via com alargamento da plataforma na estrada nacional 120, entre Odemira e Baiona
- Requalificação de via com alargamento da plataforma na estrada nacional 123 entre Odemira e Telheiro e na estrada nacional 263, entre o Telheiro e Santa Luzia
- Requalificação de via com alargamento da plataforma na estrada nacional 393, entre Portas de Transval e Brunheiras
- Estas requalificações têm o objetivo de **encurtar de modo significativo o tempo de deslocação rodoviário entre os aglomerados populacionais do concelho**



TEMA 5. REDUÇÃO DE DISPARIDADES SOCIODEMOGRÁFICAS

A5.5 PROMOÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR FERROVIA

Promoção do uso da ferrovia no concelho



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE6 Fomento da mobilidade geográfica

JUSTIFICAÇÃO

- **Distância das estações ferroviárias aos principais aglomerados urbanos**, principalmente aos da faixa litoral, a par da **reduzida frequência do serviço**, não promovem a utilização deste sistema de transporte coletivo e de menor impacto ambiental pela grande maioria da população
- Posicionamento para acesso direto ao Corredor Internacional Sul de alta velocidade
- Capacidade de servir diretamente o conjunto dos aglomerados de Sines, Santiago do Cacém, Vila Nova de Santo André e a **faixa Litoral de Odemira**, com uma população total superior a 30 000 habitantes

CONCEPÇÃO

- Promoção da articulação entre os municípios da CIMAL servidos pela estação de Sines para desenvolvimento conjunto das diligências necessárias junto da Infraestruturas de Portugal para associação da **capacidade de transporte de passageiros ao ramal de Sines**
- Realização das adaptações necessárias, pela Infraestruturas de Portugal, ao transporte de passageiros na linha de Sines, atualmente utilizada apenas no transporte de mercadorias
- **Reforço das paragens** do serviço intercity na estação de Amoreiras Gare
- Retoma do serviço regional
- Alargamento da plataforma de passageiros da estação de Santa Clara / Sabóia.
- Implementação do serviço de transporte a pedido com origem destino entre as estações ferroviárias do concelho e as sedes de freguesia

TEMA 6. AÇÕES COMPLEMENTARES

A6.1 GABINETE DO AGRICULTOR

Criação de um gabinete municipal dedicado à atividade agrícola

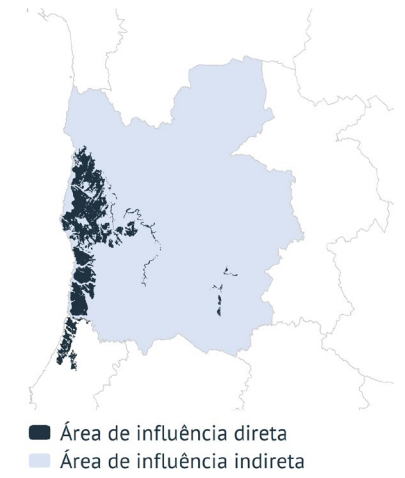
CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

JUSTIFICAÇÃO

- Tem-se revelado necessária a criação de um órgão oficial a que os agentes económicos do setor agrícola se possam dirigir para **obtenção de informação relativa às obrigações e procedimentos obrigatórios** (ou recomendados) para dinamização da sua atividade no território
- A ausência de um processo de licenciamento, e consequente verificação de cumprimento das disposições legais através de ações de vigilância e fiscalização, introduz uma maior **imprevisibilidade à atuação dos agentes económicos do setor**



CONCEPÇÃO

- Criação de um gabinete do agricultor no âmbito da CMO
- O gabinete do agricultor deverá funcionar como um ponto de informação ao qual os agentes económicos do setor agrícola se possam dirigir
- O **âmbito dos serviços prestados pelo gabinete do agricultor** será definido de modo concertado com as associações que representam o setor, e considerando o modelo de funcionamento de gabinetes idênticos existentes noutros concelhos
- Deverá incorporar uma equipa multidisciplinar incluindo, por exemplo, um engenheiro agrónomo, um engenheiro florestal, um técnico de SIG e um arquiteto

TEMA 6. AÇÕES COMPLEMENTARES

A6.2 MARKETING TERRITORIAL

Desenvolvimento de uma estratégia de marketing territorial no concelho de Odemira que integre de forma harmoniosa três pilares fundamentais deste território: agricultura, turismo e ambiente



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE4 Fomento de mosaicos de paisagem

JUSTIFICAÇÃO

- Na faixa litoral do concelho coincidem a área do **aproveitamento hidroagrícola** do Mira, o **Parque Natural** do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e a principal **região turística** de Odemira
- O AHM insere-se numa paisagem única, de carácter marcadamente rural, com um elevado valor cénico e patrimonial
- As características desta região resultaram numa forte procura turística, especialmente na faixa litoral do concelho
- A **integração** da atividade agrícola com o turismo e a conservação ambiental pode gerar **benefícios mútuos**, pela promoção de práticas agrícolas sustentáveis, enriquecendo a experiência turística e contribuindo para a preservação da paisagem e da biodiversidade

CONCEPÇÃO

Esta ação visa **promover sinergias entre três setores fundamentais** – agricultura, turismo e ambiente, valorizando os recursos endógenos do território e criando um modelo de desenvolvimento sustentável que beneficie a economia local, preserve o património natural e fortaleça a identidade cultural da região.

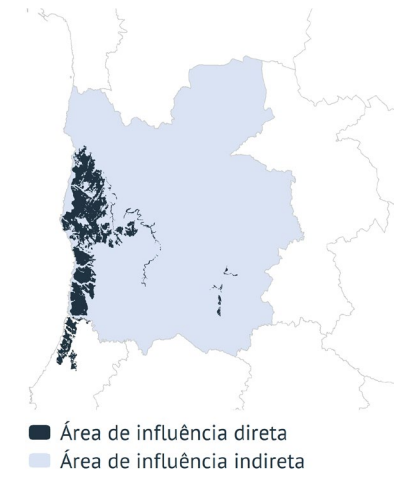
Esta ação concretiza-se pela **promoção ativa e valorização de elementos** que materializem a sinergia agricultura, turismo e ambiente, no contexto da estratégia de marketing territorial do concelho de Odemira, **enfatizando as características únicas deste território**.

O conceito de promoção ativa e valorização deverá ser incorporado nos diferentes planos e iniciativas da responsabilidade do município de Odemira, consoante a adequação e tipologia das mesmas.

TEMA 6. AÇÕES COMPLEMENTARES

A6.3 PROMOÇÃO DO MOSAICO AGRÍCOLA

Promoção do mosaico agrícola através da diversificação de culturas e variedades agrícolas no AHM



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

CE4 Fomento do mosaico de paisagem

CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra

JUSTIFICAÇÃO

- Instabilidade demográfica (picos de necessidade de mão de obra), dificulta realização de adequado planeamento territorial
- Atores económicos do setor agrícola fortemente dependentes de empresas de trabalho temporário, o que resulta numa elevada rotatividade da mão-de-obra, dificultando a gestão e a integração da mesma no território
- Atividade agrícola alicerçada sobre diversidade de culturas, por oposição à predominância de um mesmo tipo de cultura, apresenta coletivamente períodos de colheita com **maior dispersão temporal, aplanando os picos de necessidade de mão de obra no território** e contribuindo para uma necessidade **mais permanente** da mesma

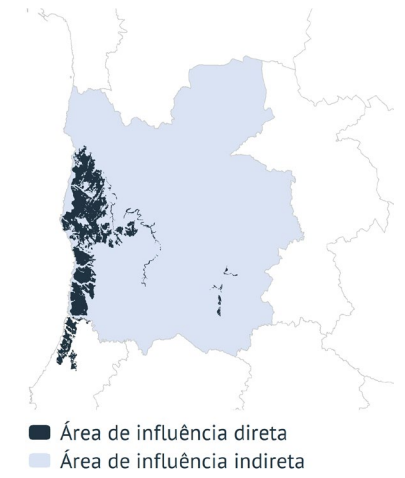
CONCEPÇÃO

- **Incorporar o conceito de promoção do mosaico agrícola nos diversos instrumentos disponíveis**, nomeadamente via IGT e via processos de licenciamento, no âmbito de medidas de minimização de impactes
- Paralelamente, deverá ser promovida e incentivada a **investigação e desenvolvimento sobre variedades agrícolas** das culturas de maior valor que permitam a dispersão temporal dos períodos de colheita
- Privilegiar as culturas descobertas, fixando em **20%** a **área máxima de culturas cobertas** (todos os tipos de estruturas cobertas)

TEMA 6. AÇÕES COMPLEMENTARES

A6.4 DEFINIÇÃO DE CORREDORES RODOVIÁRIOS PARA VIATURAS E MAQUINARIA AGRÍCOLA

Definição de corredores rodoviários específicos para viaturas e maquinaria agrícola, com o objetivo de identificar as vias com maior afluência de tráfego agrícola e estudar alternativas para o seu desvio



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

CE2 Promoção de uma economia sustentável

CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais

CE6 Fomento da mobilidade geográfica

JUSTIFICAÇÃO

- Tráfego de viaturas e maquinaria agrícola gera congestionamentos e conflitos com outros utilizadores das vias, situação agravada pela falta de planeamento específico para o tráfego agrícola, resultando em impactes negativos na **segurança rodoviária** e na **qualidade de vida**
- A definição de corredores rodoviários específicos para o tráfego agrícola permitirá uma gestão mais eficiente da circulação, reduzindo a pressão sobre as vias principais e promovendo alternativas
- Esta ação está alinhada com a necessidade de promover uma agricultura mais sustentável e integrada no território, contribuindo para a **redução de conflitos** e para a melhoria da coexistência entre a atividade agrícola e outras utilizações do espaço rural

CONCEPÇÃO

- Realização de estudos de tráfego para **mapear as vias mais utilizadas por viaturas e maquinaria agrícola**, identificando **ponto críticos** de congestionamento e conflito. Deverá nesta fase ser promovido o envolvimento dos agricultores e das associações do setor no planeamento e implementação dos corredores, garantindo que as soluções propostas respondem às suas necessidades e realidades
- **Definição dos corredores** rodoviários que permitam desviar o tráfego agrícola das vias principais, reduzindo a pressão sobre estas, melhorando a fluidez do tráfego e aumentando a segurança rodoviária, reduzindo a ocorrência de acidentes

TEMA 6. AÇÕES COMPLEMENTARES

A6.5 ESTRUTURA DE MISSÃO

Criação de uma equipa dentro da estrutura da Câmara Municipal de Odemira (CMO) responsável pela operacionalização das ações e pela monitorização do presente programa de ação



CONCEITOS ESTRATÉGICOS

- CE1 Aumento da eficiência hídrica
- CE2 Promoção de uma economia sustentável
- CE3 Conformidade da atividade agrícola com requisitos sociais e ambientais
- CE4 Fomento do mosaico de paisagem
- CE5 Melhoria da capacidade de acolhimento da mão de obra
- CE6 Fomento da mobilidade geográfica

JUSTIFICAÇÃO

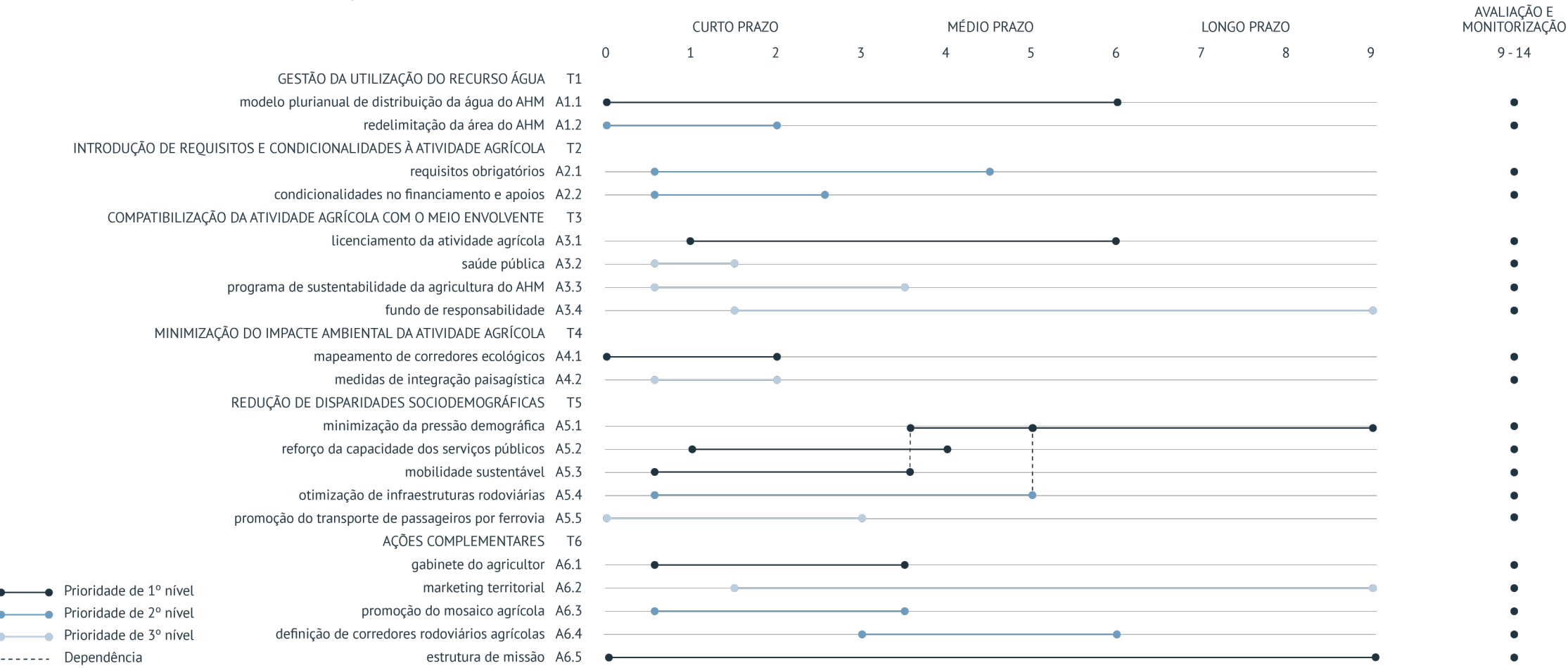
- Após o desenvolvimento do programa de ação, revela-se fundamental acompanhar e garantir a sua operacionalização, bem como a monitorização do seu grau de execução e avaliação da eficácia

CONCEPÇÃO

Definir uma equipa multidisciplinar da CMO, que ficará encarregue de:

- Operacionalizar as ações do programa
- Monitorizar o grau de execução do programa
- Definir um modelo de avaliar a sua eficácia
- Auxiliar futuros processos de candidaturas a financiamento para implementação das ações.

OPERACIONALIZAÇÃO





PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO
HIDROAGRÍCOLA DO MIRA

GRATOS PELA
ATENÇÃO

**PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DO MIRA**

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA
MARÇO DE 2025

ELABORADO POR
ECOSATIVA – CONSULTORIA AMBIENTAL, LDA.

PROMOTOR
CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

PARCEIRO ESTRATÉGICO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR

FINANCIAMENTO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2020
OPERAÇÃO 20.4 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA RRN
ÁREA 4 – OBSERVAÇÃO DA AGRICULTURA E DOS TERRITÓRIOS RURAIS